

# POLÍTICAS ESTRATÉGICAS EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

Eleições 2018





**G7**

ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO SETOR PRODUTIVO NO ESTADO DO PARANÁ

**FECOMÉRCIO | FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO PARANÁ**

Ari Faria Bittencourt  
Presidente

**FAEP | FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ**

Ágide Meneguette  
Presidente

**FIEP | FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ**

Claudio Petrycoski  
Presidente

**ACP | ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ**

Gláucio José Geara  
Presidente

**FETRANSPAR | FEDERAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS DO ESTADO DO PARANÁ**

Carlos Antônio da Silva Vieira  
Presidente

**FECOOPAR | FEDERAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ**

José Roberto Ricken  
Presidente

**FACIAP | FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO ESTADO DO PARANÁ**

Marco Tadeu Barbosa  
Presidente

Propostas

**G7**

Edição, revisão e diagramação

**Comunicação Social do Sistema Ocepar**

## **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CAMPO E NA CIDADE**

União de esforços pelo bem comum. Esta expressão sintetiza bem o processo de elaboração deste documento pelo G7, com propostas de ações para o desenvolvimento sustentável do Paraná, no campo e na cidade.

As propostas são fruto de debates e estudos realizados pelas entidades que compõem o G7 - Faep, Fecomércio, Fiep, Fecoopar, Faciap, Fetranspar e ACP -, após ouvir especialistas em todo o estado.

Elas contêm uma visão de futuro, com ações para as diferentes áreas e setores socioeconômicos paranaenses, como logística e infraestrutura de transporte, energia, educação, segurança, esporte, juventude, entre outras políticas, que têm sido objeto permanente de atenção dos cidadãos. É importante destacar que são premissas básicas para a modernização da gestão pública a fim de prover o estado de ferramentas propulsoras ao seu desenvolvimento.

A sequência de investimentos no setor produtivo, como ocorre no Paraná, ajuda o estado a mudar sua matriz econômica e a impulsionar o seu crescimento, contrastando com o período difícil que o País enfrenta. A posição logística favorece a conexão com outros estados e países do Mercosul. A boa situação fiscal permite a criação de uma política de incentivos para induzir atividades consideradas estratégicas e a redistribuição de recursos, valorizando ações que ampliem a capacidade de investimentos nos municípios paranaenses e, conseqüentemente, a redução das desigualdades sociais.

Portanto, as propostas elencadas neste documento, fundamentadas em experiências dos diversos setores produtivos, têm o objetivo de oferecer aos candidatos ao governo do estado sugestões de ações e de políticas para o desenvolvimento do Paraná e de melhorias socioeconômicas para todos os paranaenses.





## 1.0 FUNDAMENTOS PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Para modernizar o estado, com o intuito de torná-lo um agente de desenvolvimento e dar respostas às demandas de sua população, é necessário o comprometimento do governo com a gestão e organização da administração pública, estabelecendo algumas diretrizes básicas para nortear os rumos do Paraná

### Responsabilidade Fiscal

- Aprimorar a política fiscal do estado em busca do equilíbrio nas contas públicas e atuar com rigor na aplicação e comprometimento de suas receitas.
- Aprovar uma Lei de Responsabilidade Estadual, incluindo a constituição de um Conselho de Gestão Fiscal.
- Reequilibrar a relação de receitas partilhadas, retirando a receita do Fundo de Participação dos Estados na partilha como os Poderes (TCE, TJ, MP e ALEP).

### Modernização da Administração Pública

- Reorganizar a estrutura administrativa do estado, reduzindo o número de secretarias, empresas vinculadas e órgãos públicos, delegando atividades para as regionais das secretarias e órgãos estaduais, além de terceirizar o que for possível.
- Implantar um sistema moderno de controle da gestão para dar maior efetividade às ações do governo estadual, com a criação de um sistema de Compliance e uma sala de situação.

### Previdência Estadual

- Promover reformas na previdência estadual, com a criação de sistema previdenciário específico para os novos servidores públicos, com base em regime de capitalização, que coexistiria com um sistema de repartição. Com isso, a aposentadoria teria um teto pelo sistema de repartição e a diferença seria coberta pelo fundo de capitalização. O benefício extra seria calculado com base no que for poupado pelos servidores ao longo dos anos.
- Os atuais servidores continuam sendo bancados pela Paraná Previdência. Mas, em longo prazo, haverá redução dos dispêndios e as contas tenderão ao equilíbrio.

### Planejamento Estratégico

- Elaborar um plano estratégico, de médio e longo prazo, para preparar o estado para um novo ciclo de desenvolvimento.
- Retomar a capacidade do estado de fazer planejamento e elaboração de projetos para oferecer oportunidades de investimentos.
- Avaliar o grau de competitividade dos principais produtos e serviços produzidos no Paraná.

### Apoio à Municipalização

- Estruturar programa de apoio aos municípios para centralizar o atendimento e possibilitar a implantação de programa de gestão e, com isso, ajudar os prefeitos no planejamento de ações e cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Centralização de Revisão e edição do Documento de Propostas aos Candidatos ao Governo do Paraná. Projetos e recursos para dar novo



direcionamento na realização de obras nos municípios, observando-se um Plano Diretor Estadual.

- Instituir consórcios municipais para compartilhar serviços e estruturas, pois, dentro de um processo de modernização dos serviços públicos, é preciso reduzir estruturas e gastos. Por exemplo, um município com menos de 10 mil habitantes não comporta diversas secretarias, órgãos, instituto de previdência entre outros.
- Manter e ampliar o Programa de Patrulhas Mecanizadas operadas pelos Consórcios Intermunicipais integrada às ações de manutenção das estradas rurais com práticas conservacionistas.

### Infraestrutura e logística

- Desenvolver nova modelagem de concessões públicas para viabilizar investimentos privados em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, energia e gás, e, com isso, tornar o Paraná um estado mais moderno e competitivo.

### Busca da Integração da Região Sul

- Desenvolver programa de integração logística com os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, aproveitando a sinergia do Codesul e BRDE, buscando a melhoria da infraestrutura que liga a região.
- Criar, no âmbito do Codesul, câmaras técnicas para debater propostas conjuntas para os estados.
- Dar uniformidade aos procedimentos tributários dos estados para reduzir a competição entre eles.
- Modernização dos Serviços Públicos
- Remodelar os serviços públicos para os cidadãos, implantando uma plataforma digital para modernizar e agilizar o atendimento, ou seja, virtualizar os processos, retirando a circulação de papéis.

- Alterar o regime de contratação de pessoal, de estatutário para celetista, e, paralelamente, criar a previdência privada para desincumbir o Tesouro Estadual do pagamento de aposentadorias futuras; terceirizar serviços que podem ser realizados pela iniciativa privada, sem ferir atribuições exclusivas de Estado, como o poder de fiscalização e de polícia.

### Educação Pública

- Estruturar um plano estratégico de longo prazo para a educação no Paraná, com programa de metas para avaliar a performance de escolas e alunos, além de intensificar o programa de educação em período integral.
- Reorganizar o ensino superior, unindo as sete universidades estaduais sob um único comando.

### Segurança Pública

- Fazer uma coalização entre o poder público, empresários, Polícias Militar e Civil e universidades, de forma regional e estadual, para debater estratégias de combate ao crime organizado.
- Criar um cinturão de vigilância em cada escola pública, com policiais envolvendo as associações de pais e mestres, bem como instalar câmeras nos acessos às escolas para apoiar o monitoramento e combate ao tráfico de drogas.
- Coibir as invasões de propriedades rurais e cumprir imediatamente os mandados de reintegração de posse.
- Ampliar o programa de combate ao contrabando, armas e drogas, promovendo a integração da Polícia Militar com a Polícia Federal e o Exército na região de fronteira.





## Erradicação da Pobreza

- Criar um programa em conjunto com os municípios para identificar os bolsões de pobreza e estabelecer políticas para sua erradicação.

## 2.0 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Para manter boa trajetória de crescimento, o Paraná deve ampliar os mecanismos de financiamento e de atração de investimentos, por meio de programas e projetos de incentivo a investidores

### 2.1 Ações de Estado

- Revitalizar o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Paraná e torná-lo efetivamente um centro de debates de diretrizes estratégicas para os diversos setores.
- Fortalecer o BRDE e a Fomento Paraná objetivando a captação de recursos para os investimentos demandados pelo setor produtivo.
- Tornar permanente a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico, com a integração da Secretaria do Trabalho e da Agência Paraná de Desenvolvimento.

### 2.2 Políticas de investimentos

As regiões que se organizaram e formaram polos de desenvolvimento impulsionaram a economia regional, constituindo grandes arranjos tecnológicos e produtivos, como

o setor moveleiro de Arapongas, o de confecções e da moda em várias cidades do noroeste e oeste, que se iniciou em Cianorte, o de metais sanitários, em Loanda, entre outros.

Esses polos surgiram graças ao empenho de alguns empreendedores e o apoio de instituições públicas, das entidades do Sistema “S”, das universidades regionais, ou seja, por meio de trabalho conjunto visando viabilizar recursos financeiros e treinar recursos humanos e, assim, maximizar a oferta de soluções para os empreendedores.

O modelo de arranjos produtivos, como instrumento indutor do desenvolvimento regional, se mostrou eficaz ao transformar regiões deprimidas, caso de Cianorte, que teve a base de sua atividade econômica, a cafeicultura, destruída pela geada de 1975. A volta por cima, com a recuperação de empregos e renda, ocorreu com a criação do polo de confecções e moda, que mudou o perfil econômico do município e o transformou em um dos principais centros do gênero no país. Em seu entorno foram constituídas várias unidades industriais e de serviços, exigindo das universidades e faculdades a criação de novas expertises.

Com relação à diversificação da matriz econômica do estado, ocorreram avanços importantes através de incentivos para a atração de investimentos, o que estimulou a instalação de indústrias em várias regiões. Criou-se um parque automobilístico, a agroindústria foi incentivada, porém, nos últimos anos houve interrupção desse trabalho. Outros estados que adotaram políticas semelhantes avançaram no processo de industrialização e ultrapassaram o Paraná.

- Implantar um programa de fomento ao crédito, usando a capilaridade das cooperativas de crédito como repassadoras de recursos, com o apoio da Fomento Paraná e do BRDE.



- Criar programas de Parcerias Público-Privadas para investimentos na infraestrutura e logística.
- Adotar uma política de desenvolvimento setorial e regional, que contemple os polos produtivos regionais existentes, a formação de novos centros de desenvolvimento e a consequente descentralização dos investimentos no entorno das grandes cidades.
- Promover a adequação da legislação tributária do Paraná em relação aos demais estados, para viabilizar a competitividade diante da guerra fiscal, além de estudar uma política comum na área tributária envolvendo os estados da região Sul.
- Fortalecer as estruturas públicas de apoio à indústria com políticas de incentivos às empresas instaladas, para modernização das plantas existentes e geração de alta tecnologia.
- Modernizar o sistema de comercialização das Centrais de Abastecimento do Paraná (Ceasa), transformando-as em centros de distribuição e logística de alimentos.
- Incrementar o programa de atração de mais empresas, tendo o Programa Paraná Competitivo como agente indutor do processo.
- Fomentar a interação das universidades estaduais com as empresas para o desenvolvimento de tecnologias.

### 2.3 Políticas de Crédito

- Ampliar o limite de utilização de crédito acumulado do ICMS no Programa Paraná Competitivo e agilizar o processo de análise e liberação dos créditos para investimentos.
- Retornar a modalidade de investimento (comércio e indústria) no Siscred para transferência de crédito acumulado de ICMS, vinculando-o à aplicação no Paraná.

- Atribuir ao BRDE também a função de coordenar e centralizar ações para viabilizar recursos do BNDES e de outros agentes para investimentos no estado.

### 2.4 Mercado Inter-regional

Os empresários paranaenses têm enfrentado dificuldades para realizar operações de exportação e importação, pois, em vista de problemas operacionais dos Portos do Paraná, parte das mercadorias paranaenses acaba sendo embarcada ou desembarcada nos terminais de Santa Catarina e de Santos.

- Implantar um centro de apoio ao exportador paranaense e fomentar a formação de redes de exportadores.
- Utilizar as universidades estaduais para formação de profissionais especializados em comércio exterior.
- Incentivar a realização das feiras, exposições e a organização de missões internacionais.
- Uniformizar a legislação tributária (ICMS) dos três estados do Sul, ampliando a competitividade dos produtos e serviços da região.

### 2.5 Incentivo ao Empreendedorismo

Uma das principais características do empreendedor brasileiro é a criatividade, e isso deve ser usado na hora de iniciar um negócio. A criatividade é fundamental, pois, mesmo que haja recursos, é muito difícil iniciar um projeto e mais complexo ainda é fazê-lo sobreviver em longo prazo.

Mas só a criatividade não é suficiente. É preciso planejamento e pesquisa de mercado para começar a gerar resultados. É necessário que o empreendedor inove,



porque já existem milhares de empresas que podem estar fazendo o mesmo. O Sebrae acumula experiências e é o parceiro ideal para dar orientações de como empreender corretamente. A Lei Complementar 123/2006, Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (MPE), garante tratamento simplificado, diferenciado e favorável para as MPEs.

- Instituir um Departamento responsável pela condução dos assuntos relacionados às MPEs na Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico do Paraná.
- Apoiar a expansão das Sociedades Garantidoras de Crédito (SGC).
- Criar linhas de crédito na Fomento Paraná para as MPEs.
- Ampliar o Programa Educação Empreendedora, desenvolvido em parceria com as entidades do Sistema “S”, incluindo também a Educação Financeira.

## 2.6 Programa de Internacionalização do Paraná

O Paraná se ressentia da falta de um apoio maior por parte do governo para a internacionalização de seus negócios.

Ao longo dos anos, algumas tentativas foram realizadas, mas sem continuidade. Em 1995, por exemplo, existia no estado o Programa de Internacionalização da Empresa Paranaense, cujo objetivo era aglutinar os interesses dos empresários em busca de mercados para seus produtos e participação em feiras, bem como receber delegações e investidores. Depois disso, ocorreram algumas tentativas isoladas e sem estruturação, até que, no último governo, foi criada a Agência Paranaense de Desenvolvimento (APD).

- Reordenar as atividades e funções da APD, transformando-a num centro de apoio ao empresariado.

## 2.7 Programa de Inovação

As políticas de inovação ganham novos contornos com a força da digitalização e da indústria 4.0. Os esforços de cooperação entre empresas e instituições passam a ser fundamentais num mundo cada vez mais de inteligência artificial e de crescimento na utilização de sistemas e análises complexas de dados. A transformação digital passou a ser a mola propulsora para o avanço da produtividade e competitividade das empresas. Entretanto, não podemos nos prender somente à inovação advinda da inteligência artificial para avançar na produtividade e competitividade, mas usá-la para o desenvolvimento de produtos e processos para alavancar as empresas.

O Paraná lançou recentemente uma nova legislação que cria benefícios e estabelece mecanismos de cooperação entre os setores público, privado e acadêmico para o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico. A lei institui o Sistema Paranaense de Inovação, integrado por empresas e instituições com atuação na área de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

A nova legislação prevê a participação do estado em fundos de investimentos de empresas paranaenses, desde que a atividade principal seja a inovação tecnológica. Projetos aprovados pelo governo poderão ser beneficiados com subvenção econômica, financiamento ou participação societária do próprio governo. Além disso, a nova lei permite a concessão de incentivos fiscais para o desenvolvimento de projetos inovadores.

- Criar centros de inovação e criatividade nas universidades estaduais, com participação da comunidade acadêmica.
- Incentivar eventos como os Hackathons (maratonas da inovação) envolvendo alunos dos programas de graduação e pós-graduação das universidades estaduais, institutos de pesquisa públicos e privados.



- Estimular a criação de “caminhos ou cidades de inovação”, alocando recursos para os startups e incubadoras tecnológicas.
- Realizar parceria entre a Fundação Araucária e o Tecnova (Finep) para financiar o desenvolvimento de projetos de inovação.
- Incentivar as empresas e cooperativas a estruturarem internamente as “aceleradoras de inovação”, cabendo ao estado destinar um percentual dos recursos de créditos de ICMS.
- Formar uma rede entre universidades estaduais, Iapar, Fundações – ABC, Fapa, Meridional -, mais cooperativas, com o apoio da Fundação Araucária e Fundo Paraná, com o objetivo de desenvolver inovações para o setor agropecuário.
- Identificar as regiões que apresentam vocações para implantação de startups tecnológicas e, por meio de incentivos com recursos do Fundo Paraná e da Fomento Paraná, criar os “caminhos ou cidades de inovação”, que oferecerão uma gama de facilidades para os startups interagirem e desenvolverem seus projetos.
- Promover mudanças na Lei Estadual de Inovação para adequá-la à Lei federal, objetivando dar garantia jurídica para o estabelecimento de parcerias entre os setores público e privado e flexibilizar as regras de transferência de tecnologia.
- Igualar o tratamento tributário diferenciado em relação ao ICMS para importação de produtos de hardware. Atualmente, apenas algumas cidades do Paraná são beneficiadas com o tratamento. Uma lei de benefício fiscal de incentivo tecnológico dá diferimento total do imposto na entrada do produto e crédito presumido de 80% na saída.

### 3.0 POLÍTICA DE APOIO AO AGRONEGÓCIO

“Como estratégia para alavancar o seu processo de desenvolvimento sustentável para os próximos anos, o Paraná necessita de um Plano Diretor para o Agronegócio”

#### 3.1 Grupo Estratégico do Agronegócio

Criar, no âmbito do Gabinete de Governo, o Grupo Estratégico para o Agronegócio, com o objetivo de debater e aprovar políticas públicas, projetos e programas para alavancar o desenvolvimento sustentável do agronegócio paranaense.

#### 3.2 Reorganização Administrativa do Sistema SEAB

A configuração atual da estrutura governamental da agropecuária do Paraná, que tem no topo a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com empresas e institutos a ela vinculados, foi organizada no final da década de 1970. De lá para cá, foram realizados apenas pequenos ajustes. Ao longo desse tempo, o setor se modernizou, mas o sistema capitaneado pela SEAB não evoluiu na mesma velocidade, em tecnologia, pessoal e equipamentos.

É fundamental que o sistema passe por uma reorganização, eliminando estruturas ociosas e obsoletas, integrando atividades, empresas e institutos, incentivando a redução do quadro de funcionários aposentados, ou em vias de se aposentar, com o objetivo de modernizar a estrutura e se concentrar nas atividades fins, apoiando a iniciativa privada nas ações de execução, enquanto a SEAB e suas vinculadas assumem as atividades específicas em áreas de Estado e na geração de tecnologias.



- Criar Unidades Regionais com a finalidade de concentrar na mesma unidade as atividades e os serviços da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

### 3.3 Sanidade Agropecuária

O principal ganho do Paraná com a aquisição de “status livre de aftosa sem vacinação” estará na qualidade do produto, com possibilidades de ganhos nos mercados, especialmente no internacional.

- Concluir a estruturação dos postos e reforma do laboratório.
- Fazer adequações no quadro dos servidores.
- Terceirizar a execução de tarefas para agilizar o processo de licenciamento ambiental das propriedades.
- Instituir um selo para identificar as propriedades ambientalmente corretas.
- Instituir um programa de saneamento ambiental para o setor de criação de animais, compreendendo o desenvolvimento e difusão das tecnologias voltadas ao aproveitamento de resíduos, geração de energia e adoção de mecanismos de desenvolvimento limpo.
- Dar andamento ao trabalho para liberação da vacinação de bovídeos.
- Combater as enfermidades como a tuberculose e brucelose em bovinos.
- Reforçar a vigilância sobre a gripe aviária e a peste suína.
- Intensificar os trabalhos para o controle de pragas e doenças.

### 3.4 Produção Pecuária

O setor de carnes gera efeitos multiplicadores de renda e empregos em todos os setores, intensificando a demanda por insumos agropecuários e, com isso, a expansão e modernização da economia.

O Paraná é o maior produtor e exportador brasileiro de carne de frango. Em 2017, o estado abateu mais de 1,8 bilhão de aves e respondeu por mais de 35% das exportações brasileiras.

Na suinocultura, é o estado que mais tem investido na atividade. Em 2017, foram produzidas 780 mil toneladas de carne, representando 21% da produção nacional.

O estado não é muito expressivo no setor da pecuária de corte, detendo apenas 3,5% do plantel nacional, com cerca de 7,5 milhões de cabeças. Por outro lado, é o segundo maior produtor nacional de leite, atrás apenas de Minas Gerais. Outro destaque é a piscicultura, que vem ganhando destaque nos últimos anos. Em 2017, foram produzidas 105 mil toneladas desta proteína.

- Dar continuidade no apoio à implantação dos projetos de expansão dos investimentos na agroindustrialização dos setores de carnes, leite e peixes.
- Intensificar o trabalho para a modernização e melhoria da bovinocultura de corte.
- Criar um programa de incentivo para produção de bezerros.
- Incentivar a reforma das pastagens, com suporte da extensão rural.
- Aproximar as universidades estaduais com a produção para transferência de conhecimentos.

### 3.5 Produção Florestal

O Paraná possui extensas áreas de florestas plantadas, que fornecem matéria-prima para as indústrias e exportação de papel e celulose. O setor de silvicultura pode também ser considerado um caso de sucesso na agregação de valor regional. Exemplo disso é o que ocorre na região de Ortigueira, que, com investimentos de uma



grande empresa, reverteu a situação de baixo potencial produtivo para o extraordinário cenário de crescimento. As indústrias de papel, celulose e de painéis de madeira realizam importante trabalho de incentivo ao plantio de florestas, gerando desenvolvimento socioeconômico ao estado.

- Incrementar o programa de estímulo à produção de matéria-prima florestal, com o objetivo de criar outra opção de renda para os produtores e suprir a demanda industrial, bem como reduzir o consumo de lenha de florestas nativas para carvão e para queima em fornos e caldeiras.
- Destinar um berço no Porto de Paranaguá para carregamento de navios com cavacos de madeira.
- Apoiar a licitação para construção de um terminal de embarque de celulose no Porto de Paranaguá.

### 3.6 Programa de Profissionalização

- Atualizar a grade curricular dos cursos de Ciências Agrárias das universidades estaduais.
- Criar programa de estágio (trainee) para alunos do último ano dos cursos de Ciências Agrárias das instituições estaduais.
- Implantar um programa de residência em Ciências Agrárias para alunos das universidades estaduais.
- Redirecionar os recursos do Fundo Paraná para pesquisa aplicada da agropecuária.
- Inserir disciplinas do agronegócio no ensino fundamental e médio.

### 3.7 Programas Especiais

- Revitalizar os seguintes programas:
  - Prosolo
  - Plante seu Futuro
  - Rede Agro
  - Incentivar a agricultura familiar

## 4.0 POLÍTICA PARA O SETOR ENERGÉTICO

### 4.1 Energia Elétrica

A Copel tem feito investimentos em geração e distribuição de energia em outros estados, deixando de efetuar inversões necessárias para o desenvolvimento do Paraná, o que tem prejudicado os setores industriais e a agrícola, obrigando as empresas e agricultores a investirem em geradores. Além disso, a deficiência na manutenção das redes tem causado prejuízos enormes, com a mortalidade de animais e perdas de produtos que dependem do frio.

- Instalar novas linhas de transmissão, troca de cabos e de transformadores.
- Revisar o modelo de manutenção do sistema pela Copel.  
O Paraná apresenta potencial de investimentos na geração de energia que pode ser explorado em parceria com as cooperativas e indústrias.
- Criar um programa de parcerias para a geração de energia eólica, solar ou de biomassa.
- Disponibilizar para as cooperativas e empresas estudos de potenciais hidráulicos para construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), realizando parcerias com os interessados em investimentos para geração.



## 4.2 Gás

A utilização de gás natural nas indústrias resulta em benefícios ao meio ambiente, pois sua combustão é mais limpa e eficiente e, por isso, a geração de poluentes é baixa.

No Paraná, existe o terminal de Gás Natural Liquefeito de Petróleo (GNL) em Paranaguá, com gasoduto até a refinaria da Petrobras em Araucária, que já está saturado, e o Gasoduto Brasil Bolívia (Gasbol), que chega também em Araucária.

A distribuição do GNL no estado é de responsabilidade da Compagás, que possui redes de Curitiba até Ponta Grossa. É uma empresa controlada pelo estado, por meio da Copel, com 80%, e da Petrobras, com 20% de participação.

- Implantar novo terminal de GNL em Paranaguá.
- Construir novo gasoduto de Paranaguá a Curitiba.
- Estender a rede de gás para o interior – Londrina, Maringá e Cascavel.
- Atuar junto à bancada federal do Paraná para que, quando for aprovado o Projeto e Lei que cria o Programa Gás para Crescer, seja possibilitada a compra de gás no mercado livre, como já ocorre com a energia elétrica.

## 4.3 Etanol

A indústria do etanol passou por momentos difíceis entre 2010 e 2015, devido à política do governo federal de controle do preço dos combustíveis. Mas, a partir de 2016, com a mudança desta política, o produto voltou a ser competitivo e, assim, a indústria alcooleira pode retomar sua trajetória de crescimento.

- Estimular a construção do Alcoolduto Maringá – Paranaguá.
- Incentivar a revitalização, expansão e modernização da indústria sucroalcooleira.
- Incentivar os projetos de cogeração de energia para o aproveitamento da biomassa da cana-de-açúcar, integrada às indústrias de etanol e de açúcar.
- Envolver as universidades estaduais na pesquisa e geração de novas tecnologias a partir da cana-de-açúcar.

## 4.4 Energia Alternativa

O maior potencial de acréscimo de geração de energia renovável e limpa está concentrado no bagaço da cana-de-açúcar. O Decreto Estadual nº 1.819 de 7 de julho de 2015, instituiu o Programa de Reativação da Expansão do Setor Sucroenergético do Paraná, estabelecendo políticas de incentivo para aumento da produtividade dos canaviais, aumento da área plantada com cana-de-açúcar e melhoria das condições de infraestrutura e logística

Também com o intuito de fomentar a geração de bioenergia, o governo do Paraná sancionou a Lei nº 19.501/2018 e a Lei Complementar nº 211/2018 com o objetivo de promover um ambiente institucional mais seguro e de maior clareza para o empreendedor, estabelecendo regras, obrigações e instrumentos de organização, incentivos, fiscalização e apoio às cadeias produtivas.

### Bioenergia

- Implementar os dispositivos constantes no Decreto Estadual nº 1.819, de 7 de julho de 2015, e na Lei nº 19.501/2018 e na Lei Complementar nº 211/2018.

## Eólica e Solar

O Brasil ocupa o oitavo lugar no ranking mundial que afere a capacidade instalada de produção de energia eólica. O segmento já é responsável por 8,3% da energia produzida no Brasil, percentual ainda distante dos 60,9% produzido pelas hidrelétricas. A capacidade instalada é de 12 GW, enquanto o potencial eólico pode superar os 500 GW.

O Nordeste brasileiro aparece na frente na capacidade de produção de energia a partir dos ventos. No Paraná, a geração de energia eólica ainda é pequena, mas existe um bom potencial, especialmente na região de Palmas e dos Campos Gerais.

O Paraná também tem forte potencial de geração de energia solar, inclusive o governo estadual aderiu aos termos do que foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), concordando em não cobrar o imposto de quem gerar até um megawatt (1 MW).

- Criar um programa de estímulo à geração de energia eólica e solar.
- Que a Copel passe a apoiar a realização de projetos e estabelecer parcerias nos empreendimentos.

## 5.0 POLÍTICA PARA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

A infraestrutura deficiente é considerada um dos maiores gargalos para o crescimento econômico do País. É preciso disponibilizar sistemas adequados e eficientes que possibilitem o escoamento da produção para os mercados nacional e internacional. Os desafios a serem superados necessitam de investimentos nos sistemas de transporte rodoviário, ferroviário, portuário, hidroviário e aeroviário.

## 5.1 Portos

O governo do Paraná, nos últimos sete anos, conseguiu colocar em prática um amplo programa de modernização dos Portos de Paranaguá e Antonina, tendo resolvido problemas crônicos, como o das filas de caminhões para descarga e de navios para atracação.

A profissionalização da gestão da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) foi fundamental para a obtenção desses avanços. E esse trabalho precisa ter continuidade para dar sequência à melhoria dos portos paranaenses, com o objetivo de tornar o Paraná cada vez mais atrativo para novos investimentos.

O programa de dragagem deve se tornar permanente, bem como os investimentos nos acessos ao Porto de Paranaguá e na inovação dos equipamentos e processos.

- Interceder junto à Antaq e à Secretaria dos Portos para agilizar a concessão de novas áreas no Porto de Paranaguá. Duas áreas já tiveram seus editais publicados (Terminal de Celulose e de Veículos). Há previsão de três novos terminais para grãos, ainda sem data para divulgação.
- Dar continuidade aos investimentos em dragagem e tornar esse trabalho permanente, o que tem possibilitado ao Porto de Paranaguá bater recordes de movimentação, pois os navios saem do terminal com carga cheia, o que não ocorria até 2011.
- Concluir os projetos e construir a nova rodovia que ligará Praia de Leste a Pontal do Paraná, dando continuidade ao processo de criação da Faixa de Infraestrutura de acesso a Pontal do Paraná.
- Interceder junto à Capitania dos Portos para fazer a homologação do calado já dragado no Porto de Paranaguá.





- Estruturar um berço no Porto de Paranaguá para embarque de produtos para navios de cabotagem.
- Adequar um dos berços para atração de navios de passageiros.
- Destinar um berço no Porto de Paranaguá para carregamento de navios com cavacos de madeira.
- Apoiar a licitação para construção de um terminal de embarque de celulose no Porto de Paranaguá.
- Dar continuidade no investimento para construção e remodelação do berço 201, no cais oeste.
- Apoiar a construção dos Portos do Imbocuí e do Pontal.

## 5.2 Rodovias

O modal rodoviário é o mais utilizado no País, representando cerca de 60% do transporte interno. Além de medidas para integração com as ferrovias, é fundamental a duplicação de rodovias e a manutenção permanente da malha viária.

### 5.2.1 Concessões de Rodovias

Estabelecidas pela Lei nº 13.448/2017, as novas regras impedem a prorrogação dos contratos de concessão de rodovias no Paraná, por conta de dispositivos contidos no Artigo 4º, incisos I e II, que definem que a possibilidade de alteração no prazo de vigência do contrato de concessão deve ser expressamente admitida no respectivo edital ou no instrumento contratual original.

- Manter a determinação de encerramento dos contratos com as atuais concessionárias do Anel de Integração.
- Promover gestões junto ao governo federal para a renovação do convênio de delegação das rodovias federais do Anel de integração.

- Iniciar os estudos para antecipação do lançamento do edital para concessão do Anel de Integração, com todo trecho duplicado.
- Incluir nos editais novos trechos, como Mauá-Londrina; Jaguaçuva-Jacarezinho; Paranavaí-Nova Londrina; Candói-Pato Branco; Guarapuava-Campo Mourão.
- Desenvolver nova modelagem de concessão para as rodovias no estado, podendo contemplar as rodovias que se encontram em concessões e as rodovias estaduais que poderiam ser concedidas.

### 5.2.2 Duplicações e manutenção de Rodovias Federais

Atuar junto ao governo federal para a realização das obras nas rodovias federais localizadas no Paraná, tais como:

- Duplicar a BR 476/153 da Lapa a Palmas, no entroncamento com a PR 280.
- Concluir a BR 487 entre Campo Mourão e Porto Camargo.
- Concluir a BR 153 de Alto Amparo a Imbituva e União da Vitória.
- Revitalizar o trecho da BR 158 entre Campo Mourão e Laranjeiras do Sul.
- Duplicar a Rodovia BR 466 e BR 487 entre Guarapuava e Campo Mourão.
- Duplicar a BR 158/BR 373 no trecho de Pato Branco a Candói.
- Revitalizar a BR 272 entre Goioerê e Iporã.
- Construir a segunda ponte em Foz do Iguaçu.
- Concluir a duplicação da BR 163 entre Guaíra e Marmelândia (entroncamento com a PR 280).



### 5.2.3 Manutenção de Rodovias Estaduais

A Secretaria de Infraestrutura e Logística do Governo do Estado vem desenvolvendo amplo programa de melhoria das rodovias estaduais, reformando e ampliando a malha viária, visando à melhoria da trafegabilidade e segurança das vias.

Além disso, realiza importante trabalho de melhoria dos acessos dos municípios à capital paranaense, como a duplicação da rodovia de ligação com Piraquara, a retomada das obras de duplicação da rodovia para Colombo e início da duplicação da Rodovia dos Minérios.

- Manter e tornar perene o programa de manutenção e melhoria das rodovias estaduais.
- Passar a coordenar os consórcios municipais das Patrulhas Mecanizadas.

### 5.2.4 Revitalização e Duplicação de Rodovias Estaduais

- Atuar para derrubar as ações judiciais que impedem o início das obras da duplicação da PR 092, Rodovia dos Minérios, entre Curitiba e Rio Branco do Sul.
- Concluir a duplicação da PR 417, Rodovia da Uva, entre Curitiba e Colombo.
- Concluir o projeto e construir a ponte Matinhos – Guaratuba.
- Duplicar a PR 092 entre Jaguaraíva e Santo Antonio da Platina.
- Duplicar a PR 280 – Barracão – Francisco Beltrão – Pato Branco – Palmas, até o entroncamento com a BR 153.
- Pavimentar a PR 339, entre Pitanga e Mato Rico.
- Pavimentar a PR 912, entre Coronel Domingos Soares e Palmas.
- Pavimentar a PR 364, entre São Mateus do Sul e Irati.
- Concluir o Contorno Oeste de Marechal Cândido Rondon, ligação entre a BR 163 e a PR 467.

- Concluir o Contorno Norte de Castro, ligação entre os distritos industriais I e II.
- Pavimentar a PR 691, Estrada Beira-Rio, entre Porto Rico e Porto São José, em São Pedro do Paraná.
- Duplicar a PR 466, na região metropolitana de Guarapuava.
- Duplicar a PR 323/BR 272, entre Maringá e Guaíra.

### 5.2.5 Estradas rurais

O Programa Patrulhas Mecanizadas desenvolvido pelo governo do estado, que disponibiliza aos consórcios intermunicipais, maquinário para o trabalho de readequação e melhoria de estradas rurais, ajuda os municípios e dá melhor qualidade de vida para a população, melhorando a trafegabilidade para o transporte escolar e escoamento da produção.

- Manter o Programa de Patrulhas Mecanizadas, que opera por meio de consórcios de municípios e tem prestado bons serviços na manutenção e readequação das estradas rurais.

### 5.3 Aeroportos

O sistema aeroportuário paranaense é composto por quatro aeroportos administrados pela Infraero – São José dos Pinhais (Afonso Pena), Curitiba (Bacacheri), Londrina e Foz do Iguaçu. Além desses, os aeroportos de Maringá e Cascavel, ambos com administração municipal, são importantes para a integração regional.

Todavia, o crescimento econômico do Paraná demanda maiores investimentos em aeroportos, em termos de capacidade e qualidade de serviços da aviação comercial.



O Aeroporto Afonso Pena passou por grandes transformações e hoje é um dos melhores do Brasil. Porém, a sua pista é curta e necessita de investimentos no sentido de viabilizar a construção da segunda pista, para possibilitar a operação de cargueiros.

No Aeroporto de Londrina, o governo do estado investiu na desapropriação de áreas com o objetivo de ampliar a pista. Entretanto, as obras ainda não foram iniciadas, bem como há necessidade de instalação de equipamentos para operação por instrumentos (ILS).

No Aeroporto de Cascavel, a construção do novo terminal de passageiros está demorada e a pista necessita de ampliação. O Aeroporto de Toledo iniciou as operações como alternativa ao de Cascavel, o que poderá revitalizar a aviação naquela região. Mas, pelo potencial da região, é fundamental planejar, no médio e longo prazo, a construção do Aeroporto Regional do Oeste. As primeiras ações nesse sentido foram tomadas pelo governo do estado, que declarou de utilidade pública para fins de desapropriação uma área de 148 hectares, entre Cascavel e Tupãssi.

Concluir as obras e iniciar as operações do Aeroporto de Pato Branco, para dar nova opção de transporte para o sudoeste do Paraná e oeste catarinense.

O Aeroporto de Maringá necessita de investimentos para a ampliação da pista e construção de um terminal de cargas.

## 5.4 Ferrovias

### 5.4.1 Nova ferrovia

Para a execução dos estudos e projeto para a construção de novo trecho ferroviário de cerca de 1.000 quilômetros, que ligará Dourados (MS) a Paranaguá, o governo do

estado lançou um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), um edital público de chamamento, elaborado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, destinado a empresas interessadas na elaboração de estudos técnico-operacionais, econômico-financeiros e ambientais para a construção e exploração de serviços ferroviários.

- Concluir os estudos de viabilidade econômica da nova ferrovia e buscar investidores para sua construção e operação.

### 5.4.2 Ferroeste

A Ferroeste está praticamente inoperante e inviabilizada, gerando constantes prejuízos. Opera apenas o trecho de Cascavel a Guarapuava (254 Km), em cujo trecho não existem cargas suficientes para torná-la viável. O trecho de Guarapuava a Ponta Grossa pertence à Rumo Logística, que não tem interesse na recuperação da malha viária, o que estrangula as operações.

A concessão da Rumo vai até 2027, a empresa tem interesse em pleitear junto ao governo federal a prorrogação da concessão por mais 30 anos (2057), condicionando os investimentos no trecho só se obtiver o alongamento do prazo de concessão.

- Debater com a Rumo Logística formas para realizar algum investimento para que o trecho Ponta Grossa – Guarapuava volte a operar, enquanto não houver definição quanto ao novo contrato.

## 5.5 Função da Agepar

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados da Infraestrutura do Paraná (Agepar) tem como incumbência exercer a regulação e fiscalização dos contratos de concessão dos serviços viários sob concessão no Paraná.



- Debater com as entidades o programa e prioridades de trabalho da Agepar, como a formulação de uma nova metodologia para concessão das vias públicas do Paraná e modernização do sistema de transporte fluvial.
- Reforçar a Agência com a contratação de técnicos.
- Estruturar uma nova modelagem para concessões a ser aplicada nas rodovias estaduais.

## 5.6 Redes de Comunicações

Entre os domicílios paranaenses, 56% da área urbana e apenas 22% da área rural têm acesso à internet, importante ferramenta de apoio aos processos de modernização da produção agropecuária e elevação do nível de vida das pessoas.

O acesso às tecnologias de informação, disponibilizadas pela Internet e softwares específicos, são fundamentais para a melhoria do conhecimento sobre novas pesquisas e mercado, bem como para a realização da contabilidade e gestão dos empreendimentos. Além disso, é fundamental que os estudantes e professores tenham acesso à internet, para facilitar as pesquisas e aprendizado.

- Criar um grupo de trabalho entre a Copel, as operadoras de telefonia, a Secretaria Estratégica e as Federações (G7) com o objetivo de estruturar um programa de expansão da rede de internet para o interior.
- Conectar as escolas à rede de internet com laboratórios de informática.
- Estimular parcerias da Copel Telecom com cooperativas e empresas provedoras de internet, aproveitando a rede de postes de energia para colocar cabos de fibra ótica.

## 6.0 POLÍTICA AMBIENTAL

A política ambiental brasileira avançou com o novo Código Florestal, que definiu novas regras preservacionistas, pondo fim a uma série de autuações e insegurança jurídica para os produtores rurais e investidores que, agora, têm regras claras de conservação ambiental, produção e industrialização.

A nova legislação ainda não foi totalmente consolidada, o que dificulta a sua aplicação em processos de licenciamento ambiental. O órgão ambiental estadual (IAP) está com baixa estrutura técnica e de pessoal para atender toda a demanda, atrasando as liberações dos licenciamentos ambientais.

A criação de unidades de conservação (UC) sem o devido planejamento, dotação orçamentária e consulta aos produtores rurais, causa instabilidade e insegurança para o campo, gerando restrições para o uso da terra no entorno das mesmas.

Um aspecto que corrobora a insegurança no campo é a falta de uma estratégia clara e única dos órgãos ambientais, pois há interpretação distinta entre os seus diversos escritórios regionais, que, por isso, adotam conceitos diferenciadas na aplicação das normas.

### 6.1 IAP

Com intuito de aprimorar seus serviços, o IAP desenvolveu o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), para possibilitar o registro e acompanhamento de protocolos em tempo real. O objetivo é agilizar o processo de licenciamento.

- Revitalizar o IAP, com a ampliação do quadro de pessoal e de equipamentos.



- Terceirizar ações que possam ser delegadas, retirando do IAP ações de execução, para que seu trabalho se concentre na fiscalização, licenciamentos e homologação de processos.
- Implantar um sistema virtual de acompanhamento da situação das ações ambientais em todo o estado.
- Implantar o pagamento por serviços ambientais para propriedades com mananciais de abastecimento público (Lei estadual nº 17.134/2012).
- Ativar o Fundo Estadual do Meio Ambiente (Lei estadual nº 12.945/2000 e decreto nº 3.240/2000).
- Disponibilizar áreas públicas para compensação de reserva legal e de conversão de multas nas áreas de conservação. (Decreto Federal 9.179/2017), bem como simplificar o processo de compensação.

## 6.2 Corpo de Bombeiros

O Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros é documentação obrigatória e necessária para todos os empreendimentos, requisito básico para obtenção dos licenciamentos de operação. Está havendo dificuldades na obtenção dos certificados, devido aos entraves relacionados ao excesso de exigências e de rigor do Corpo de Bombeiros.

- Simplificar os processos de licenciamento do Corpo de Bombeiros para agilizar as análises e liberações das licenças e projetos.

## 6.3 Desenvolvimento Sustentável

### 6.3.1 Gestão de Resíduos

Em 2001, como resultado da união da cadeia produtiva de defensivos agrícolas, para atender às determinações da Lei 9.974/2000, foi criado o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV) para atuar como núcleo de inteligência nas atividades de coleta e destinação de embalagens vazias e promover ações de conscientização e educação ambiental. É uma instituição sem fins lucrativos formada por mais de 100 empresas e nove entidades representativas da indústria do setor, distribuidores e cooperativas, integrando toda a estrutura de logística reversa das embalagens vazias.

Graças ao trabalho do INPEV, atualmente, mais de 94% de todas as embalagens vazias comercializadas retornam, o que torna o Brasil referência mundial na destinação ambientalmente correta do material.

A coleta e destinação dos resíduos urbanos é um problema para todos os municípios. Mas instrumentos introduzidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e seu regulamento, Decreto Nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010, entre outros princípios, destacam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e a logística reversa.

Os resultados alcançados pela cadeia produtiva de defensivos agrícolas, operacionalizada pelo INPEV, é um exemplo de como a integração dos setores com adoção da responsabilidade compartilhada resolveu um problema no setor rural. Esse exemplo poderia ser aplicado para o setor urbano.

- Promover a integração dos setores da economia para coleta e destinação dos resíduos, adotando-se como modelo o que foi aplicado no setor de



embalagens vazias de defensivos agrícolas. Isso, além de dar a destinação correta aos resíduos, estimulará a economia de reciclados.

### 6.3.2 Recuperação das nascentes

Criado pelas cooperativas paranaenses, o programa de recuperação de nascentes, no início de 2010 foi lançado no estado como um programa de governo, bem como passou a ser difundido em todo o Brasil. O seu objetivo é recuperar nascentes, dando aos agricultores a possibilidade do aproveitamento da água e, ao mesmo tempo, promover a recuperação da mata ciliar no seu entorno. Para ampliar suas ações e atingir a maioria das nascentes no estado, o programa necessita de impulsos para sua divulgação e integração dos órgãos ambientais e de extensão rural.

- Revitalizar o Programa “Nascentes Protegidas”, mediante ações de divulgação e de integração de ações dos órgãos e entidades envolvidos com a extensão rural, cooperativas e produtores, definindo metas e incentivos para os proprietários.

### 6.3.3 Unidades de Conservação

Existem no Paraná cerca de 66 unidades de conservação estaduais, que somam mais de 1,2 milhão de hectares. Apesar da importância dessas unidades para proteção do patrimônio natural, o processo de criação das unidades tem ocorrido à revelia dos proprietários das terras.

O tombamento da Escarpa Devoniana, como Área de Preservação Permanente (APA), vai inviabilizar a situação de centenas de famílias, cujo sustento provém das atividades agrossilvipastoris, por estarem suscetíveis à cessação de sua fonte de renda e, em consequência, terão de migrar para outras regiões. Esse processo, que ocorreu repentinamente, acabou sendo politizado e judicializado.

- Revogar o processo nº 08/2012, da Coordenação do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, que determinou o tombamento da Escarpa Devoniana, iniciando um novo processo envolvendo a comunidade que vive no seu entorno e região.
- Regular e dar segurança em relação ao uso das áreas consolidadas das unidades de conservação.
- Adotar como norma o envolvimento dos proprietários e dos confrontantes para criação de novas unidades.
- Reduzir as restrições de uso nas áreas no entorno dessas unidades e dos parques.

### 6.3.4 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Desenvolver ações para revitalizar o Plano de Apoio aos Municípios (PAM), com vistas à inserção dos municípios na Agenda 2030 da ONU.

## 7.0 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### 7.1 Integração da região Sul do Brasil

Buscar maior integração entre o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o Mato Grosso do Sul, no âmbito do Codesul e BRDE, com o objetivo de desenvolver projetos de investimentos comuns para os estados. O Codesul tem uma função política e institucional, e o BRDE é o banco que alavanca os investimentos nos estados.

A região demanda uma ação política dos estados na definição de estratégias comuns de desenvolvimento, para a realização de projetos conjuntos, aproveitando



as sinergias do Codesul e BRDE, atuando como mecanismo indutor regional para a atração de investimentos em infraestrutura, industrialização, geração de energia e definição e aplicação de normas igualitárias de tributação.

A integração tem como objetivo promover o desenvolvimento regional, sustentável e integrado, formular políticas e viabilizar projetos, realizando parcerias na busca de recursos e de competências orientadas à melhoria da competitividade regional.

- Criar, no âmbito do Codesul, Câmaras Temáticas para debate de temas relacionados à integração dos estados da região Sul.
- Criar um Fundo de Desenvolvimento a ser coordenado pelo BRDE com a finalidade de alavancar projetos de interesses dos estados da região.

## 7.2 Desenvolvimento do Litoral do Paraná

- Implantar um sistema de contenção e de revitalização de toda orla litorânea no trecho compreendido entre Guaratuba e Pontal do Paraná.
- Integrar a região de Guaraqueçaba, com asfaltamento ou calçamento da rodovia.
- Construir a ponte que ligará Matinhos a Guaratuba.
- Construir o ramal da rodovia de acesso ao Porto de Antonina, com desvio da cidade histórica.
- Construir o eixo de infraestrutura que ligará Praia de Leste a Pontal do Paraná.
- Dar continuidade ao programa de saneamento básico no litoral desenvolvido pela Sanepar.
- Revitalizar o Contorno de Matinhos de acesso a Guaratuba (Av. Juscelino Kubitschek), com a canalização do Rio do Drago, paralelo à rodovia.

- Criar um programa de incentivo industrial para a região de Paranaguá, aproveitando a sinergia da Universidade Federal do Paraná, que tem campus na região, visando criar alternativas econômicas para a população litorânea.

## 7.3 Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas

### a) Região de Curitiba

- Ampliar a rede de saneamento básico de Curitiba com vistas a atender 100% dos domicílios com esgoto sanitário até 2030.
- Construir nova fonte de captação de água para a Região Metropolitana de Curitiba, com o aproveitamento do manancial do Rio Assungui.
- Duplicar a Rodovia dos Minérios - Curitiba a Rio Branco do Sul (PR 092).
- Concluir a duplicação da Rodovia da Uva - Curitiba a Colombo (PR 417).
- Atuar junto ao governo federal para que a Concessionária Alteris construa o trecho faltante do Contorno Norte de Curitiba, ligando a Rodovia da Uva à BR 116, o que faz parte do contrato de concessão da BR 116.
- Interceder junto ao governo federal para revitalizar o Contorno Norte de Curitiba (Av. Juscelino Kubitschek).
- Retomar os estudos para desvio do ramal ferroviário do centro de Curitiba, criando em seu lugar um eixo de transporte de passageiros sobre trilhos.
- Criar um programa de recuperação dos rios e nascentes dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

### b) Região de Maringá

- Duplicar e revitalizar o Contorno Sul.
- Ampliar a rede de saneamento básico.

### c) Região de Londrina

- Duplicar a PR 445 (Londrina – Mauá da Serra).
- Construir via duplicada do Contorno Norte.
- Ampliar a rede de saneamento básico.

### d) Região de Ponta Grossa

- Construir o contorno rodoviário.
- Ampliar a rede de saneamento básico.
- Duplicar a BR 376 na região dos Campos Gerais.

### e) Região de Cascavel

- Construir o Contorno Norte.
- Remodelar o Trevo das Cataratas.
- Ampliar a rede de saneamento básico.
- Duplicar a BR 277 na área urbana de Cascavel

### f) Foz do Iguaçu

- Trabalhar junto ao governo federal para construção da segunda ponte – Foz do Iguaçu/Paraguai.
- Ampliar a rede de saneamento básico.
- Debater com a comunidade a implantação da zona franca em cidades gêmeas, com o intuito de evitar a canibalização do comércio local.
- Construir novo viaduto na BR 277, no acesso para a cidade.

### g) Norte do Paraná

O Projeto Metrópole Norte do Paraná, em fase de definição, tem como objetivo garantir o desenvolvimento regional sustentável do eixo que abrange Londrina, Apucarana e Maringá, e que conta com o apoio financeiro do Banco Mundial (Bird). O projeto irá impactar diretamente os 15 municípios da região (Apucarana, Araçongas, Cambé, Cambira, Ibiporã, Jandaia do Sul, Jataizinho, Londrina, Mandaguáçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paçandu, Rolândia e Sarandi).

- Dar continuidade aos trabalhos para a implantação do Projeto Metrópole Paraná Norte, iniciativa que busca garantir o desenvolvimento regional sustentável do eixo que abrange Londrina, Apucarana e Maringá.
- Envolver, neste programa, o cooperativismo da região que desenvolve ações de modernização tecnológica, de serviços e atua fortemente no processo agroindustrial.

### h) Região de Londrina a Jacarezinho

A região que vai de Londrina a Jacarezinho, passando por Cornélio Procópio, Bandeirantes e Andirá, se encontra esquecida por se localizar fora dos principais eixos do interior do estado, carente de ações públicas para sua revitalização. Portanto, cabe um debate na região com a sociedade, universidades e empresários.

- Criar um corredor de integração regional.
- Debater as potencialidades da região na industrialização e agricultura.
- Fomentar a revitalização das cidades da região.





### i) Região Noroeste

A região Noroeste ficou isolada do eixo de desenvolvimento do Paraná, pela deficiência na integração com as demais regiões, em decorrência principalmente do sistema viário e das características de cultivo das terras.

- Duplicar a BR 376 entre Paranaíba e Nova Londrina.
- Atuar junto ao governo federal para incluir nas obrigações da concessionária ferroviária (Rumo), na eventual prorrogação do contrato de concessão, a construção do trecho ferroviário de Maringá a Porto Primavera.

### j) Região Oeste

Os municípios do oeste do estado criaram o Programa Oeste em Desenvolvimento, uma ação de governança regional, com o objetivo de debater políticas facilitadoras de promoção do desenvolvimento da região.

Atua em eixos considerados estruturantes para o desenvolvimento regional, tais como a geração de energia, tendo como fonte o uso de dejetos de animais e biomassa, cooperativismo, inovação e tecnologia, crédito, infraestrutura e logística, visando dar suporte à competitividade das cadeias produtivas de carnes, leite, grãos e peixe, que são fortes na região.

- Inserir o Programa Oeste em Desenvolvimento no Plano Estratégico do governo do estado, integrando as ações das universidades públicas e instituições de ensino e pesquisa no apoio e desenvolvimento de tecnologias para as cadeias produtivas representativas da região.
- Fortalecer as ações da Itaipu, que já desenvolve importante trabalho na busca de solução para o uso da energia gerada pelos resíduos orgânicos, inserindo a Compagás no processo.

- Fortalecer o programa de incentivo para a geração de energia distribuída.
- Dar continuidade aos programas de integração com a Itaipu na área de conservação de nascentes e rios.

### k) Sudoeste do Paraná

A região sudoeste ficou isolada do eixo de desenvolvimento do Paraná pela deficiência na integração com as demais regiões, em decorrência principalmente do sistema viário que não favorece a instalação de novas indústrias. A região apresenta boas condições de formação profissional em universidades e centros tecnológicos, mas as dificuldades de escoamento da produção não favorecem a atração de novos empreendimentos.

- Duplicar a PRC 280 do entroncamento com a BR 153 (Palmas) até Barracão, passando por Pato Branco e Francisco Beltrão.
- Atuar junto ao governo federal para a duplicação da BR 476/153/282 da Lapa a Chapecó, e da BR 158/BR 373, entre Pato Branco e Candói, na BR – 277.
- Estimular os polos regionais de Tecnologia da informação e de confecções.

## 8.0 RELAÇÕES DE TRABALHO

O setor empresarial se ressentia da falta de preparo da mão de obra para a indústria, comércio e serviços.

As entidades do Sistema “S” (Senai/Sesi, Senar, Sest/Senat, SESCOOP, Sebrae, SESC/Senac), que atuam na qualificação profissional, realizam um grande trabalho para preparação de pessoas. Mesmo assim há deficiência no preparo dos profissionais que acessam as empresas e agências de emprego.



Para tornar a ação dos “S” mais eficaz é imperativo que haja maior interação dessas entidades com as escolas, empresas e agências de emprego, para qualificar os candidatos a emprego por meio dos cursos oferecidos.

- Realizar parcerias entre as entidades do Sistema “S”, universidades estaduais e Secretaria da Educação para a implantação de programas de trainee e qualificação de pessoas.
- Envolver o Ministério Público do Trabalho, a Secretaria Estadual do Trabalho e Agências de Emprego na criação de programas de capacitação para as pessoas que procuram as agências de emprego e, assim, prepará-las para as vagas que o mercado oferta.
- Revitalizar o Conselho Estadual do Trabalho para o debate de ações de qualificação profissional.

## 9.0 EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

### 9.1 Educação

- Estruturar um plano estratégico de longo prazo para a educação no Paraná, estabelecendo um programa de metas para avaliação da performance das escolas e alunos.
- Intensificar o programa de educação em período integral.
- Estabelecer uma política de capacitação da nova geração de agricultores para assumir as propriedades rurais, utilizando mecanismos e recursos que o Senar oferece.
- Iniciar estudos para a transferência (federalização) das universidades estaduais para o governo federal ou, ao menos, que haja contrapartida da

União para bancar parte dos custos das instituições estaduais. Caso contrário, unir as sete universidades estaduais em uma única instituição.

- Criar um programa de adoção de escolas públicas, envolvendo as comunidades e empresários, para conservação e manutenção dos estabelecimentos.

### 9.2 Cultura

- Criar um programa de integração – Comunidade/Escola.
- Extinguir a Secretaria da Cultura integrando-a à Secretaria da Educação.
- Estimular as iniciativas culturais, com fomento de projetos nas escolas públicas.

### 9.3 Ciência e Tecnologia

O Art. 205 da Constituição do Paraná dispõe que “o Estado destinará, anualmente, uma parcela de sua receita tributária, não inferior a dois por cento, para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, que será destinada em duodécimos, mensalmente, e será gerida por órgão específico, com representação paritária do Poder Executivo e das comunidades científica, tecnológica, empresarial e trabalhadora, a ser definida em lei”. Esse artigo foi regulamentado pela Lei 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que institui o Fundo Paraná, com alterações promovidas pela Lei n. 15.123 de 18 de maio de 2006, e prevê o apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico do estado.

Segundo a legislação, os recursos devem ser destinados exclusivamente a projetos e programas vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico, sendo 1% para financiar pesquisas nas instituições públicas do estado, como Iapar, universidades e Tecpar, devendo o percentual de cada uma das entidades ser definido pelo CCT



Paraná é aprovado pelo governador do estado, e 1%, no mínimo, em conta vinculada ao Fundo Paraná.

Ocorre que, ao longo do tempo, tem se observado que esse dinheiro tem sido canalizado para o financiamento da estrutura pública do estado, em especial as universidades, sem que a iniciativa privada tenha acesso aos recursos.

Dessa maneira, é fundamental uma revisão em toda a legislação que regulamenta o Art. 205 da Constituição do Paraná, para garantir que os recursos sejam efetivamente aplicados em atividades fins da ciência e tecnologia.

- Operacionalizar a conta “Inovação” do Fundo Paraná, destinando recursos orçamentários para os setores de pesquisa e inovação.
- Programar atividades de empreendedorismo inovador nas universidades estaduais.
- Criar programas de incentivo e de reconhecimento ao empreendedorismo inovador.
- Definir políticas públicas e mecanismos de incentivo voltados ao desenvolvimento de empresas de base tecnológica (startups) e de empresas enquadradas nas categorias da Economia Criativa, conforme prevê a Lei da Inovação.
- Rever a distribuição de recursos do ICMS (2% de todo imposto recolhido), destinando parte deles para atividades finalísticas de apoio ao setor empresarial e startups.
- Criar “Rotas de Incubadoras tecnológicas”, para incentivo às empresas inovadoras.
- Vincular a liberação de recursos do Fundo Paraná para projetos de resultados aplicáveis para as empresas e sociedade paranaenses.

## 9.4 Ensino Superior

O Paraná é um dos estados que apresenta a melhor estrutura de ensino superior do País: conta com instituições federais, como a Universidade Federal do Paraná, com campus em Palotina, Toledo e Marialva; a UTFPR, com 13 campus, a Unila (Foz de Iguaçu) e a Universidade Sem Fronteiras (Laranjeiras do Sul). Dispõe de sete instituições estaduais, com diversos campus: Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); Universidade Estadual do Centro do Paraná (Unicentro); Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Tem ainda mais de uma centena de universidades e faculdades privadas, como a PUC/PR, a Positivo e Unicesumar. Ao todo, estudam na rede de ensino superior estadual aproximadamente 400 mil alunos, cerca de 2/3 dos quais em instituições privadas.

Nas sete universidades estaduais estudam cerca de 95 mil alunos e os recursos para a manutenção de toda estrutura é bancado pelo Tesouro do estado, totalizando mais de R\$ 3 bilhões por ano. Segundo o Tribunal de Contas do estado, o custo mensal por aluno nas instituições estaduais passa de R\$ 9 mil.

- Reorganizar a estrutura de ensino superior do Paraná, fundindo as setes universidades em uma única, transformando as demais em campus avançados.
- Buscar a federalização das universidades estaduais, como foi feito em alguns estados, a exemplo do Rio Grande do Sul.
- Estabelecer programas de metas para a busca de autossuficiência nas universidades estaduais.



- Alterar o sistema de contratação de professores e servidores, passando para a CLT e pagamento de hora/aula, reduzindo, com isso, ao longo do tempo os custos com pessoal.

## 10.0 SAÚDE

As cooperativas de saúde buscam se estruturar com rede própria de hospitais, laboratórios e centros de especialidades, visando reduzir custos e proporcionar melhor atendimento aos seus clientes.

Para isso, faz-se necessário novas linhas de crédito para poder atender a construção de hospitais e centros de atenção à saúde. Estão sendo realizadas gestões junto ao BNDES para disponibilizar recursos. Todavia, as exigências ainda são grandes e não viabilizam os projetos.

Nesse sentido, a proposta das cooperativas de saúde é que o estado participe dos investimentos, criando um programa de compartilhamento de custos, ou seja, as cooperativas poderiam investir na construção ou reforma de equipamentos de saúde, e, em contrapartida, atenderiam pacientes encaminhados pelo estado.

- Estruturar um programa de parcerias com as cooperativas para construção ou revitalização de hospitais, laboratórios e centros de complexidades.
- Ampliar o programa de regionalização da saúde com hospitais regionais e centros de atendimentos de especialidades.
- Estruturar um programa centralizado de marcação de consultas, via digital, evitando deslocamentos e dando maior celeridade no atendimento.

## 11.0 SEGURANÇA PÚBLICA

Todas as regiões metropolitanas das principais cidades sofrem com o problema da criminalidade. As ações de segurança pública no Paraná têm melhorado. Mas, por mais que se invista em pessoal, equipamentos e inteligência, a criminalidade cresce a passos largos.

Em outros países, a coalização entre o poder público, empresários, polícias e universidades, com vistas a debater e estabelecer estratégias de combate ao crime organizado, tem se mostrado eficaz.

A segurança pública ganhou imensa visibilidade nos últimos anos no Brasil e passou a ser considerada como o principal desafio ao Estado de Direito. A amplitude dos temas e problemas afetos à área sinaliza para a necessidade de ações que devem passar, além das políticas públicas, pelo alongamento dos pontos de contato das instituições públicas com a sociedade civil e com a produção acadêmica mais relevante ao segmento.

- Aperfeiçoar o mapeamento e vigilância dos pontos de maior concentração do crime, com a adoção de práticas de repressão ostensiva e ações comunitárias de inclusão social de jovens.
- Criar uma delegacia especializada em furto, roubo e de assaltos a propriedades rurais.
- Fazer uma coalização entre o poder público, empresários, Polícias Militar e Civil, universidades, de forma regional e estadual, para debater estratégias de combate ao crime organizado.
- Criar um cinturão de vigilância em cada escola pública do estado, com policiais envolvendo as associações de pais e mestres, bem como a



instalação de câmeras nos acessos às escolas para apoiar e monitorar o combate ao tráfico de drogas.

- Expandir o sistema de vigilância eletrônica (câmeras).
- Aperfeiçoar o sistema de denúncia, para torná-lo mais efetivo e dar segurança aos denunciantes.

### 11.1 Fronteiras

- Ampliar o programa de combate ao contrabando de mercadorias e tráfico de armas e drogas, promovendo a integração da Polícia Militar do Paraná com a Polícia Federal e o Exército na fronteira com o Paraguai e Argentina, criando um cordão de segurança na área para dar efetividade no combate ao crime. Para a eficácia disso é imprescindível a participação do governo do Mato Grosso do Sul.
- Criar um programa de proteção, integrando as ações das polícias de fronteira com as comunidades locais e estabelecer um canal, por sistema telefônico ou digital, pelo qual as pessoas possam denunciar as rotas de operação dos marginais.
- Implantar um sistema de monitoramento por câmeras nas principais rotas de contrabando na beira do Lago de Itaipu.

### 11.2 Direito de propriedade

Nos últimos anos, houve combate às invasões de propriedades rurais no Paraná, com o governo cumprindo com rapidez as ordens judiciais de reintegração de posse. Essa forma de atuação pacificou os conflitos no campo, que causavam prejuízos aos proprietários rurais, ferindo o direito de propriedade consagrado no inciso XXII, do artigo 5º da Constituição Federal, e eram um inibidor para a atração de novos empreendimentos.

- Manter o combate às invasões de propriedades para garantir o direito de propriedade urbana e rural.
- Cumprir os mandados judiciais de reintegração de posse.
- Fazer inventário das propriedades que estão ocupadas e que não tiveram seus mandados de reintegração cumpridos, promovendo o cumprimento dos mesmos e a legalização da situação jurídica das propriedades.
- Defender o direito dos proprietários das ameaças constantes de demarcações de terras indígenas e de quilombolas.

### 12.0 ESPORTES, TURISMO E JUVENTUDE

- Ampliar as ações da Secretaria de Esportes e Turismo, incluindo a juventude.
- Criar uma Rota Turística para o litoral paranaense – Graciosa, Guaqueçaba, Superaguai, Ilha do Mel e Praias.
- Construir um terminal para atracação de navios de passageiros no Porto de Paranaguá.
- Incentivar o turismo interno (Foz do Iguaçu, Campos Gerais etc.).
- Apoiar e estimular as cooperativas de turismo e lazer.
- Estimular os investimentos em equipamentos e melhorias nas rotas e estações turísticas, como no Cânion Quartelá.
- Colocar a rota dos imigrantes nos programas de promoção do turismo do estado.
- Criar centros esportivos e programas de desenvolvimento de atletas com potencial, com incentivos aos esportes amadores.
- Revitalizar os jogos estudantis e demais eventos esportivos.
- Promover festivais para juventude, musicais, teatro e outros.
- Criar um programa do jovem conectado, integrando plataformas educacionais e recreativas.



- Apoiar as prefeituras na revitalização dos centros esportivos municipais e dos campos de futebol amador.

### 13.0 INCENTIVO À COOPERAÇÃO

O cooperativismo paranaense é composto por 221 cooperativas, estruturadas nos termos da Lei 5.764/71, que associam cerca de 1,5 milhão de cooperados dos diversos ramos de atividades, como agropecuário, assistência à saúde, crédito, infraestrutura, transporte, educação, turismo, trabalho, habitação, e estão presentes em praticamente todas as comunidades do interior do estado.

As cooperativas participam ativamente, em parcerias com o governo estadual, na formulação de propostas de programas visando ao desenvolvimento do Paraná, colocando suas experiências de geração de emprego e renda, de prestação de serviços na saúde, no crédito, na infraestrutura, na educação, na agropecuária e no transporte.

- Fomentar o cooperativismo como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico e social.
- Regulamentar a Lei Estadual nº 17.142/2012, que estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.
- Implementar o protocolo assinado entre a Ocepar e a Secretaria de Educação, para o desenvolvimento de cooperativas–escola nos colégios agrícolas.
- Estruturar programa de parcerias com as cooperativas para a construção de hospitais e centros de complexidades de saúde.

### 14.0 HABITAÇÃO

Segundo o último dado disponível do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico 2010, o Brasil possuía 11,43 milhões de pessoas (6% da população) vivendo em favelas.

Embora tenha havido substanciais investimentos em moradia a partir daquele ano, especialmente com o programa Minha Casa Minha Vida, os investimentos não têm se mostrado suficientes. Ao se acentuar a crise econômica e o desemprego, a situação se tornou ainda mais grave, com ocupações desordenadas inclusive em prédios antigos, com riscos para os ocupantes, a exemplo do que ocorreu recentemente em São Paulo.

No Paraná, de acordo com os números do Censo 2010, existiam 308 áreas de moradias caracterizadas como favelas ou áreas de invasão, com mais de 217 mil moradores em cerca de 61 mil casas.

O Programa Minha Casa Minha Vida foi criado com o objetivo de mudar esse cenário. Embora já tenha entregue aproximadamente 4,5 milhões de moradias em todo o País, os contemplados, em sua maioria, não são pessoas que moram em favelas ou em áreas de invasão. O programa, que se mostrou eficaz para a compra da primeira casa, no entanto, não é acessado por pessoas que habitam áreas precárias, por não terem cadastro e emprego formal que as habilitem a para obter o financiamento.

No Paraná, de 2011 a 2018, o governo do estado entregou cerca de 80 mil casas e realizou mais 105 mil regularizações fundiárias. Mesmo com todo esse esforço, o número de pessoas que vivem em condições de precarização aumentou.

Diante desses números, é fundamental que o estado promova uma ampla discussão sobre o tema, fazendo uma revisão no sistema adotado até agora, reunindo



municípios e examinando casos de sucesso que estão contribuindo para a mudança desse cenário.

- Revisar o modelo adotado pela Cohapar, tanto de construção como de contemplação dos mutuários.
- Criar um programa de desfavelização, com adoção de medidas abrangentes, incluindo moradia, assistência social e saúde.
- Ampliar o programa de apoio à habitação rural.
- Criar um sistema de subsídio estadual para construção de casas em comunidades classificadas como favelas, pelo qual o estado adquire áreas, dotando-as da infraestrutura básica (água, esgoto, arruamento com calçamento) e repassa aos beneficiários um kit básico de casa, com madeiras oriundas das florestas públicas da antiga Banestado Reflorestadora. Os kits serão montados em parceria com o setor que industrializa madeira.

## 15.0 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

No Paraná, segundo estudos do Ipardes, há 115 municípios com índice de desempenho na área de renda e emprego inferiores a 0,2605. Apenas nove apresentam indicadores acima de 0,5379 e que, por isso, podem ser considerados com grau de desenvolvimento e qualidade de vida satisfatórios. Várias ações foram implementadas por governos anteriores, porém, o quadro de pobreza no estado não se alterou.

As razões que levam a essa situação são diversas, como restrições para o uso dos recursos naturais, falta de investimentos em obras de infraestrutura, municípios sem estradas de acesso pavimentadas, falta de políticas de apoio ao empreendedorismo, com o aproveitamento das potencialidades locais.

- Adotar políticas para a erradicação dos bolsões de pobreza no Paraná.
- Implementar políticas de apoio à velhice.
- Ampliar os programas de apoio às famílias.
- Estimular e apoiar os municípios a criarem “centros de convivência” e atividades de esportes e de lazer.
- Fortalecer a economia dos municípios, fomentando a modernização do comércio e da indústria locais, mediante a oferta de crédito aos empresários e empreendedores.
- Criar novos polos regionais de desenvolvimento, com base em estudos de vocações, envolvendo as universidades e institutos de pesquisa para a estruturação de incubadoras.
- Criar um Programa de Apoio aos Municípios para a realização de ações da Agenda 2030 da ONU, com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- Criar um programa em conjunto com os municípios para identificar os bolsões de pobreza e estabelecer políticas para sua erradicação.

## 16.0 TRIBUTAÇÃO

### Redução da Alíquota do ICMS sobre energia elétrica

Nos últimos anos a tarifa de energia elétrica subiu acima da inflação, e para que a população paranaense seja protegida da alta, propõe-se a redução da alíquota de ICMS sobre a tarifa de energia de 29% para 26%, vez que os atuais 29% cobrados estão sendo aplicados em uma base de cálculo maior que a anterior.



## Redução da alíquota do ICMS sobre combustíveis da aviação civil

Já existe no Paraná a aplicação da redução em dois pontos percentuais no ICMS do combustível de aviação para companhias aéreas que passem a ter voos regulares para novas cidades, não atendidas anteriormente. O intuito é aumentar a oferta de voos em todas as cidades que possuem aeroportos comerciais no Paraná. Isto viabilizou voos comerciais como, por exemplo, para Ponta Grossa e futuramente para Pato Branco. Propõe-se que algo semelhante seja feito, de um lado, com as companhias aumentando a oferta de voos e do outro, o governo oferecendo descontos proporcionais aos números de voos diários e diretos entre as principais cidades do Estado.

## Substituição tributária e restituição

Substituição tributária é o regime de arrecadação de impostos, principalmente ICMS, que atribui a um contribuinte a responsabilidade do pagamento do tributo incidente sobre a circulação de mercadorias, e tem como principal objetivo facilitar a fiscalização do pagamento de impostos. Além disso, a substituição tributária faz com que o recolhimento dos impostos dos produtos seja realizado antecipadamente ao momento da venda. Em produtos, em que há a incidência de vários tributos, os chamados “plurifásicos”, o governo garante a arrecadação de forma antecipada e em uma única via, atribuindo a responsabilidade a um único contribuinte em toda a jornada de venda ou produção da mercadoria.

O que se requer é a exclusão da substituição tributária nas operações envolvendo as empresas optantes pelo Simples Nacional e a revisão da mesma retirando-a de alguns setores, como produtos de primeira necessidade, por exemplo.

## 17.0 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

“Resgatar a capacidade do governo de coordenar as políticas públicas necessárias ao desenvolvimento do estado, com plena participação do setor produtivo”

O Paraná, ao longo do tempo, desestruturou sua capacidade de planejamento. Por isso, é necessário que o governo retome essa função para estabelecer sinergia com o setor produtivo visando à criação de uma política de desenvolvimento, de médio e longo prazo, que contemple as diversas regiões e as peculiaridades locais e, em especial, com planos voltados para as regiões com baixo índice de desenvolvimento humano.

### 17.1 Administração

A estrutura administrativa do governo do Paraná sofreu ao longo dos anos modificações que provocaram o aumento do número de secretarias, institutos e órgãos. O quadro funcional ficou difícil de gerenciar devido à sobreposição de funções, questões salariais e baixa renovação dos quadros. Muitas dessas estruturas foram replicadas no interior do estado, sem haver uma conexão entre as diversas instituições.

A centralização das decisões na capital e a formação de estruturas administrativas regionais enfraquecidas provocaram a desarticulação regional, tirando a capacidade de organização para solução dos problemas de forma integrada.

- Promover uma reforma administrativa com a redução de estruturas, mediante a fusão de secretarias, empresas e instituições que apresentam sobreposições.





- Descentralizar a administração pública e reunir as estruturas regionais em centros administrativos, que terão a atribuição de coordenação e gerenciamento dos programas e serviços e de interligação com as prefeituras.
- Implantar um programa de renovação e profissionalização do serviço público, a exemplo do que ocorre com a iniciativa privada, com objetivos e metas definidas e premiação pela qualidade dos serviços.
- Estimular as prefeituras a terem participação ativa nas regiões administrativas, buscando a integração na discussão, solução de problemas e encaminhamento de ações.
- Investir no “Estado Digital”, com objetivo de facilitar o acesso da população aos serviços e redução de custos.

## 17.2 Previdência Social

- Realizar reforma na previdência estadual e criar um sistema previdenciário para os novos servidores públicos com base em regime de capitalização, que coexistiria com o sistema de repartição. Com isso, a aposentadoria teria um teto pelo sistema de repartição e a diferença seria coberta pelo fundo de capitalização. O benefício final seria calculado com base no que fosse poupado pelos servidores, ao longo dos anos.
- Os atuais servidores continuam sendo bancados pela Paraná Previdência, mas, no longo prazo, haverá redução dos dispêndios e as contas tenderão ao equilíbrio.

## 17.3 Municipalização

- Estruturar um programa de apoio aos municípios, com o objetivo de centralizar o atendimento e possibilitar a implantação de um programa de

gestão para ajudar os prefeitos no planejamento das ações e de responsabilidade fiscal.

- Centralizar os projetos e recursos para dar novo direcionamento na realização de obras nos municípios. Com isso, os investimentos serão efetuados mediante a avaliação de sua efetividade e prioridade, dentro de um Plano Diretor Estadual.
- Priorizar as compras públicas de empresas locais e regionais.

## 17.4 Finanças Públicas

- Aprimorar a política fiscal do estado em busca do equilíbrio das contas públicas do Paraná, atuando com rigor na aplicação e comprometimento das receitas públicas.





# POLÍTICAS ESTRATÉGICAS EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

Eleições 2018





# POLÍTICAS ESTRATÉGICAS EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

## RESPONSABILIDADE FISCAL



- Aprimorar a política fiscal do Estado, buscando o equilíbrio nas contas públicas do Paraná, atuando com rigor fiscal na aplicação e comprometimento das receitas públicas
- Aprovar uma lei de responsabilidade fiscal estadual
- Reequilibrar a relação de receitas partilhadas, retirando a receita do Fundo de Participação dos Estados na partilha com os Poderes (TCE, TJ, MP e AL)

## MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



- Reorganizar a estrutura administrativa do estado, reduzindo o número de secretarias, empresas vinculadas e órgãos públicos, descentralizando atividades para as regionais das secretarias e órgãos estaduais, e terceirizando-se o que for possível.
- Implantar um sistema moderno de controle da gestão para dar maior efetividade nas ações do Governo do Estado, criando um sistema de compliance e uma sala de situação para monitoramento da efetividade de suas ações.
- Criar um programa em conjunto com os municípios para identificar os bolsões de pobreza e estabelecer políticas para sua erradicação.

## PREVIDÊNCIA ESTADUAL



- Realizar uma reforma na Previdência Estadual, criando um novo sistema previdenciário para os novos servidores públicos com base num regime de capitalização, que coexistiria com um sistema de repartição, porém a aposentadoria teria um teto pelo sistema de repartição e a diferença seria coberta pelo fundo de capitalização. O benefício extra final seria calculado com base no que for poupado pelos servidores ao longo dos anos.
- Os atuais servidores continuam sendo bancados pela Paraná Previdência, mas a longo prazo haverá redução dos dispêndios e as contas tenderão ao equilíbrio.

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



- Elaborar um Plano Estratégico de médio e longo prazo para preparar o estado para um novo ciclo de desenvolvimento.
- Retomar a capacidade do estado de fazer planejamento e de elaborar projetos para oferecer oportunidades de investimento.
- Avaliar o grau de competitividade dos principais produtos e serviços produzidos no Paraná.

## APOIO À MUNICIPALIZAÇÃO



- Estruturar um programa de apoio aos municípios, com objetivo de centralizar todo atendimento e possibilitar a implantação de um programa de gestão, visando ajudar os prefeitos no planejamento de suas ações e cumprimento da responsabilidade fiscal.
- Centralização dos projetos e recursos para dar um novo direcionamento na realização de obras nos municípios, observando-se um Plano Diretor Estadual.
- Compartilhar serviços e estruturas, dentro de um processo de modernização dos serviços públicos para reduzir estruturas e gastos, por meio de consórcios municipais. Por exemplo, um município com menos de 10 mil habitantes não comporta mais diversas secretarias, órgãos, instituto de previdência e outros.
- Manter e ampliar o Programa de Patrulhas Mecanizadas operadas pelos Consórcios Intermunicipais integrado às ações de manutenção das estradas rurais com práticas conservacionistas.

## INCENTIVO À COOPERAÇÃO



- Fomentar o cooperativismo como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico e social.
- Regularizar a Lei Estadual nº 17.142/2012, que estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.
- Implementar o protocolo assinado entre a Ocepar e a Secretaria de Educação, para o desenvolvimento de cooperativas—escola nos colégios agrícolas.
- Estruturar programa de parcerias com as cooperativas para a construção de hospitais e centros de complexidades de saúde.

# POLÍTICAS ESTRATÉGICAS EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

## INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA



- Desenvolver uma nova modelagem para concessões públicas viabilizar investimentos privados em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, energia e gás, no sentido de tornar o Paraná um estado moderno e atrativo para novos capitais.

## INTEGRAÇÃO DA REGIÃO SUL



- Desenvolver um programa de integração logística com os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, aproveitando a sinergia do CODESUL e BRDE, buscando a melhoria da infraestrutura que liga os estados.
- Criar no âmbito do CODESUL, Câmaras Técnicas para debater propostas conjuntas para os estados.
- Uniformizar os procedimentos tributários dos estados para reduzir a competição entre eles.

## MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS



- Remodelar os serviços públicos para os cidadãos, implantando uma plataforma digital para modernizar e agilizar o atendimento, retirando a circulação de papéis, virtualizando os processos.
- Alterar o sistema de contratação de pessoal pelo estado, passando de estatutários para CLT, criando-se paralelamente a previdência privada, desincumbindo o Tesouro Estadual de pagamento de aposentadorias futuras, terceirizando serviços que podem ser realizados pela iniciativa privada sem ferir as atribuições exclusivas de estado, como o poder de fiscalizar e de polícia.

## EDUCAÇÃO PÚBLICA



- Estruturar um plano estratégico de longo prazo para a educação no Paraná, estabelecendo um programa de metas para avaliação da performance das escolas e alunos e intensificar o programa de educação em período integral.
- Reorganizar o ensino superior unindo as 7 universidades estaduais em um único comando.

## SEGURANÇA PÚBLICA



- Fazer uma coalizão do Poder Público, empresários, Polícias Militar e Civil, universidades, de forma regional e estadual, com vistas a debater estratégias de combate ao crime organizado.
- Criar um cinturão de vigilância em cada escola pública do estado, com policiais envolvendo as associações de pais e mestres, bem como instalar câmaras nos acessos as escolas para fins de apoiar o combate e monitorar o tráfico de drogas.
- Coibir as invasões de propriedades rurais e cumprir imediatamente os mandados de reintegração de posse.
- Ampliar o Programa de combate ao contrabando, armas e drogas, promovendo integração da Polícia Militar com a Polícia Federal e Exército na região de fronteira.

# POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

## AÇÕES DE ESTADO



- Revitalizar o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Paraná, para torná-lo efetivamente um centro de debates de diretrizes estratégicas para os diversos setores.
- Tornar permanente a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico, juntando com a Secretaria do Trabalho e com a Agência Paraná de Desenvolvimento.
- Fortalecer o BRDE e a Fomento Paraná objetivando à captação de recursos para os investimentos demandados pelo setor produtivo.
- Reordenar as atividades e funções da APD, transformando-a num centro de apoio ao empresariado.

## POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS



- Adotar uma política de desenvolvimento setorial e regional, que contemple os polos produtivos regionais existentes, a formação de novos polos e a consequente descentralização dos investimentos no entorno das grandes cidades.
- Promover a adequação da legislação tributária do Paraná em relação aos demais estados, de forma a viabilizar maior competitividade diante da guerra fiscal dos estados e estudar uma política comum na área tributária envolvendo os estados da região Sul.
- Fortalecer as estruturas públicas de apoio à indústria com políticas de incentivos às empresas instaladas para modernização das plantas existentes e geração de alta tecnologia.
- Modernizar o sistema de comercialização das “Ceasa”, transformando-as em centros de distribuição e logística de alimentos.
- Incrementar o programa de atração de novas empresas tendo o Programa Paraná Competitivo como agente indutor.
- Fomentar a interação das universidades estaduais com as empresas para o desenvolvimento de tecnologias.

## POLÍTICAS DE CRÉDITO



- Ampliar o limite de utilização de crédito acumulado do ICMS no Programa Paraná Competitivo e agilizar o processo de análise e liberação dos créditos para investimentos.
- Retornar a modalidade de investimento (comércio e indústria) no SISCREC para transferência de crédito acumulado de ICMS, vinculando com investimento no Paraná.
- Atribuir ao BRDE uma nova função de coordenar e centralizar ações para viabilizar recursos do BNDES e de outros agentes.

# POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

## MERCADO INTERNACIONAL



- Implantar um centro de apoio ao exportador paranaense e fomentar a formação de redes de exportadores.
- Utilizar as universidades estaduais para formação de profissionais especializados em comércio exterior.
- Incentivar a realização das feiras e exposições e a organização de missões internacionais.
- Uniformizar a legislação tributária (ICMS) dos três estados do Sul, ampliando a competitividade dos produtos e serviços da região.

## INCENTIVO DO EMPREENDEDORISMO



- Instituir na Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico do Paraná um Departamento responsável pela condução dos assuntos relacionados às MPes.
- Apoiar a expansão das Sociedades Garantidoras de Crédito – SGC.
- Criar linhas de crédito na Fomento Paraná para as MPes.
- Ampliar o programa educação empreendedora desenvolvido em parceria com o Sistema “S”, incluindo também a Educação Financeira.

## PROGRAMA DE INOVAÇÃO



- Criar centros de inovação e criatividade nas universidades estaduais, com participação da comunidade acadêmica.
- Incentivar eventos como os Hackathons (maratonas da inovação) envolvendo alunos dos programas de graduação e pós-graduação das universidades estaduais, institutos de pesquisa públicos e privados.
- Estimular a criação de “caminhos ou cidades de inovação”, alocando recursos para os startups e incubadoras tecnológicas.
- Realizar parceria entre a Fundação Araucária e o Tecnova (Finep) para financiar o desenvolvimento de projetos de inovação.
- Incentivar as empresas e cooperativas a estruturarem internamente as “aceleradoras de inovação”, cabendo ao estado destinar um percentual dos recursos de créditos de ICMS.
- Formar uma rede entre universidades estaduais, Iapar, Fundações – ABC, Fapa, Meridional –, mais cooperativas, com o apoio da Fundação Araucária e Fundo Paraná, com o objetivo de desenvolver inovações para o setor agropecuário.
- Identificar as regiões que apresentam vocações para implantação de startups tecnológicas e, por meio de incentivos com recursos do Fundo Paraná e da Fomento Paraná, criar os “caminhos ou cidades de inovação”, que oferecerão uma gama de facilidades para os startups interagirem e desenvolverem seus projetos.
- Promover mudanças na Lei Estadual de Inovação para adequá-la à Lei federal, objetivando dar garantia jurídica para o estabelecimento de parcerias entre os setores público e privado e flexibilizar as regras de transferência de tecnologia.
- Igualar o tratamento tributário diferenciado em relação ao ICMS para importação de produtos de hardware. Atualmente, apenas algumas cidades do Paraná são beneficiadas com o tratamento. Uma lei de benefício fiscal de incentivo tecnológico dá diferimento total do imposto na entrada do produto e crédito presumido de 80% na saída.



# PLANO DE APOIO AO AGRONEGÓCIO

## REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO SISTEMA SEAB



- Grupo estratégico no Gabinete do Governo.
- Criar unidades regionais unindo as atividades da SEAB e suas vinculadas numa estrutura única.

## ADAPAR



- Concluir a estruturação dos postos e reforma do laboratório.
- Fazer adequações no quadro dos servidores.
- Pecuária:
  1. dar andamento ao trabalho para liberação da vacinação;
  2. combate às enfermidades (tuberculose e brucelose);
  3. reforçar a vigilância sobre a gripe aviária e peste suína.
- Agricultura:
  1. simplificar os trabalhos para o controle de pragas e doenças e do vazio sanitário;
  2. revitalizar os trabalhos de conservação de solos e água;
  3. simplificar os trabalhos de fiscalização do uso de insumos agropecuários.

## AGROINDÚSTRIA



- Estruturar um programa de apoio aos investimentos agroindustriais.
- Criar um programa de incentivo para produção de bezerros.
- Incentivar a reforma das pastagens com suporte da extensão rural.
- Aproximar as universidades estaduais da produção para a transferência de conhecimentos.

## PROGRAMAS ESPECIAIS



- Revitalização dos programas:
  1. Prosolo;
  2. Plante seu Futuro;
  3. Rede Agro.
- Incrementar o programa de produção de matéria-prima florestal;
- Estruturar um berço no Porto de Paranaguá para embarque de cavacos de madeira.
- Incentivar a agricultura familiar

## MEIO AMBIENTE



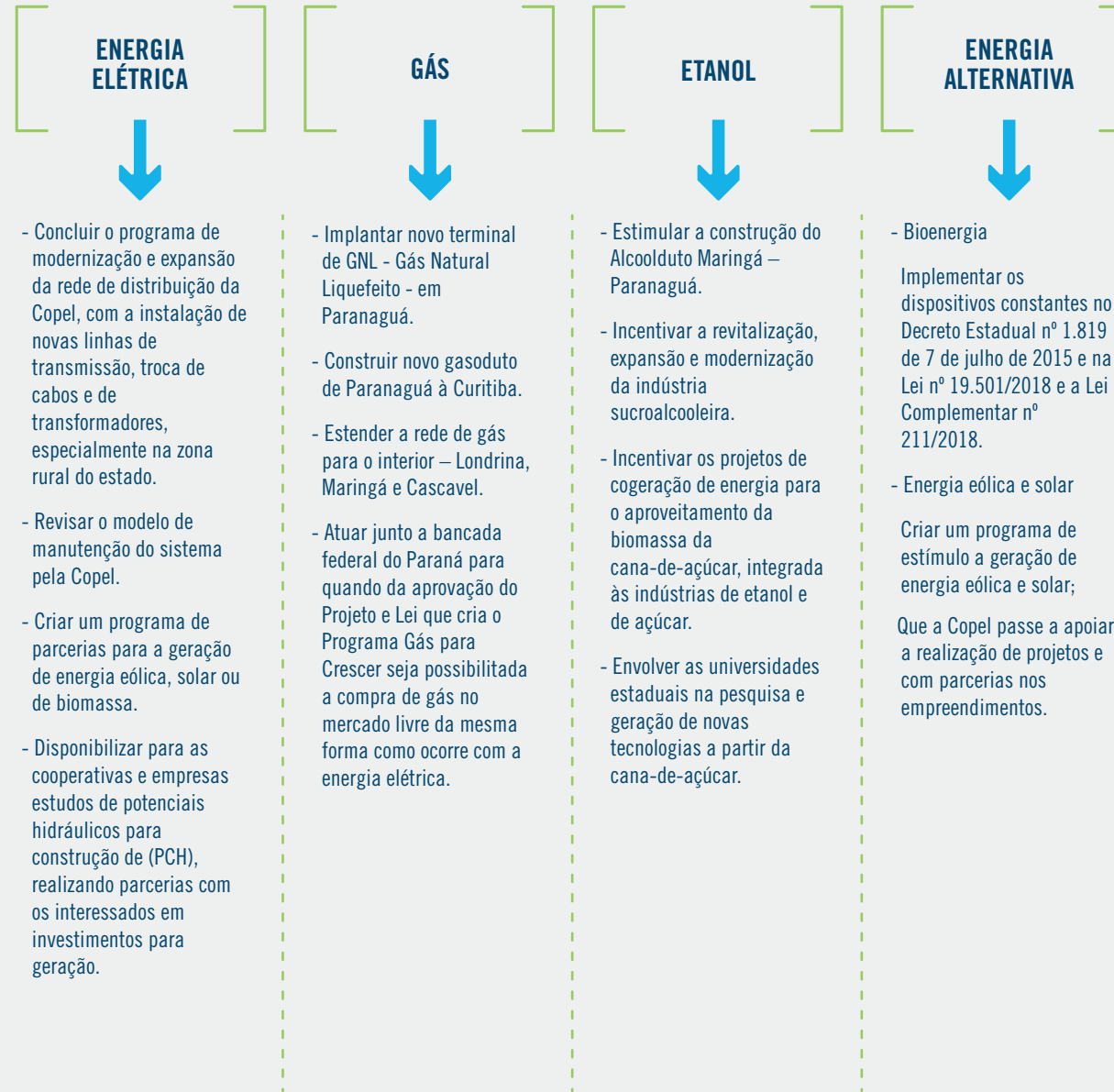
- Implantar o pagamento por serviços ambientais para propriedades com mananciais de abastecimento público.
- Ativar e prover recursos para o Fundo Estadual do Meio Ambiente.
- Disponibilizar áreas públicas de conservação ambiental para compensação de reserva legal.
- Apoiar os programas de educação ambiental como o "Agrinho".
- Flexibilizar a compensação de reserva legal.

## PROGRAMA DE PROFISSIONALIZAÇÃO



- Inserir disciplinas do agronegócio no ensino fundamental e médio nas escolas do interior do estado.
- Atualizar a grade curricular das Universidades Estaduais para os cursos de Ciências Agrárias.
- Criar um programa de estágio para o último ano dos cursos de Ciências Agrárias das universidades estaduais.
- Implantar o programa de "residência" em Ciências Agrárias para os alunos das universidades estaduais.
- Redirecionar recursos do Fundo Paraná para a pesquisa aplicada na agropecuária.

# POLÍTICA PARA O SETOR ENERGÉTICO



# INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

## DUPLICAÇÕES E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS



- Atuar junto ao Governo Federal para realização das obras nas rodovias federais localizadas no Paraná, tais como:
- Duplicar a BR 476/153 da Lapa a Palmas no entroncamento com a PR 280.
- Concluir a BR 487 – trecho entre Campo Mourão e Porto Camargo.
- Concluir a BR 153 de Alto Amparo a Imbituva e União da Vitória.
- Revitalizar o trecho da BR 158 entre Campo Mourão e Laranjeiras do Sul.
- Duplicar a Rodovia BR 466 e BR 487 no trecho entre Guarapuava e Campo Mourão.
- Duplicar a BR 158/BR 373, no trecho de Pato Branco a Cândói.
- Revitalizar a BR 272 entre Goioerê e Iporã.
- Construir a 2ª ponte em Foz do Iguaçu.
- Concluir a duplicação da BR 163 entre Guaíra e Marmelândia.

## DUPLICAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS



- Duplicar a PR 092, Rodovia dos Minérios, entre Curitiba e Rio Branco do Sul.
- Concluir a duplicação da PR 417, Rodovia da Uva entre Curitiba e Colombo.
- Concluir o projeto e construir a ponte Matinhos – Guaratuba.
- Duplicar a PR 092 entre Jaguaiva e Santo Antonio da Platina.
- Duplicar a PR – 280 – Barracão – Francisco Beltrão – Pato Branco – Palmas até o entroncamento com a BR 153.
- Pavimentar a PR 339, entre Pitanga e Mato Rico.
- Pavimentar a PR 912, entre Coronel Domingos Soares e Palmas.
- Pavimentar a PR 364, entre São Mateus do Sul e Irati.
- Concluir o Contorno Oeste de Marechal Cândido Rondon, ligação entre a BR 163 e a PR 467.
- Concluir o Contorno Norte de Castro, ligação entre os distritos industriais I e II.
- Pavimentar a PR 691, Estrada Beira-Rio, entre os municípios de Porto Rico e Porto São José, em São Pedro do Paraná.
- Duplicar a PR 466, na região metropolitana de Guarapuava.
- Duplicar a PR 323/BR 272 entre Maringá e Guaíra.

## REDES DE COMUNICAÇÕES



- Criar um grupo de trabalho entre a Copel, as operadoras de telefonia, a Secretaria Estratégica e as Federações (G7) com o objetivo de estruturar um programa de expansão da rede de internet para o interior.
- Conectar as escolas à rede de internet com laboratórios de informática.
- Estimular parcerias da Copel Telecom com cooperativas e empresas provedoras de internet, aproveitando a rede de postes de energia para colocar cabos de fibra ótica.

## HABITAÇÃO



- Revisar o modelo adotado pela Cohapar, tanto de construção como de contemplação dos mutuários.
- Criar um programa de desfavelização, com adoção de medidas abrangentes, incluindo moradia, assistência social e saúde.
- Ampliar o programa de apoio à habitação rural.
- Criar um sistema de subsídio estadual para construção de casas em comunidades classificadas como favelas, pelo qual o estado adquire áreas, dotando-as da infraestrutura básica (água, esgoto, arruamento com calçamento) e repassa aos beneficiários um kit básico de casa, com madeiras oriundas das florestas públicas da antiga Banestado Reflorestadora. Os kits serão montados em parceria com o setor que industrializa madeira.

# INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

## CONCESSÕES DE RODOVIAS



- Manter a determinação de encerramento dos contratos com as atuais concessionárias do Anel de Integração.
- Negociar com o Governo Federal a renovação da delegação das rodovias federais do Anel de Integração.
- Elaborar uma nova modelagem para as concessões de rodovias.
- Iniciar os estudos para antecipação do lançamento dos editais para concessões das rodovias do Anel de Integração, prevendo duplicação completa. Com redução de no mínimo 50% da tarifa.
- Incluir nos editais a duplicação de novos trechos-tronco, tais como: Mauá – Londrina; Jaguaraiva – Jacarezinho; Paranavaí – Nova Londrina; Candói – Pato Branco; Guarapuava – Campo Mourão.

## FERROVIAS



- Concluir os estudos de viabilidade econômica da ferrovia que ligará Dourados/MS a Paranaguá, e buscar investidores para o projeto.
- Caso o projeto não apresente viabilidade e/ou não haja investidores interessados, realizar parceria com o setor privado para operar a Ferroeste.
- Interceder junto ao Governo Federal para que em caso de renovação da “Malha Sul” com a Rumo Logística, que haja comprometimento contratual com prazo definido para recuperação do trecho ferroviário de Ponta Grossa a Grapuava, bem como construção de novo trecho entre Maringá e Porto Primavera.

## PORTOS



- Colocar em licitação as obras do eixo de infraestrutura que ligará a Praia de Leste a Pontal do Paraná.
- Interceder junto a ANTAQ e Secretaria dos Portos para licitar áreas no Porto de Paranaguá para construção de novos terminais.
- Estruturar um berço no Porto de Paranaguá para receber navios de passageiros.
- Destinar um berço para carga de cavaco de madeira e para o embarque de produtos para cabotagem.
- Dar continuidade ao processo de modernização do Porto de Paranaguá, com a renovação de equipamentos e construção dos berços no Cais Oeste.
- Revitalizar os acessos ao Porto de Paranaguá com a construção de trincheiras e renovação do pavimento na Rodovia Ayrton Senna.

## AEROPORTOS



- Interceder junto ao Governo Federal e à Infraero para construção da segunda pista no Aeroporto Afonso Pena.
- Ampliar a pista e instalar equipamento para operações por instrumento no Aeroporto de Londrina.
- Concluir o terminal de passageiros e ampliar a pista do Aeroporto de Cascavel.
- Fazer o projeto para construção do novo Aeroporto do Oeste.
- Ampliar a pista e construir um terminal de cargas no Aeroporto de Maringá.

## FUNÇÃO DA AGÊPAR



- Debater com as entidades o programa e prioridades de trabalho da Agepar, como a formulação de uma nova metodologia para concessão das vias públicas do Paraná e modernização do sistema de transporte fluvial.
- Reforçar a Agência com a contratação de técnicos.
- Estruturar uma nova modelagem para concessões a ser aplicada nas rodovias estaduais.

# POLÍTICA AMBIENTAL

## IAP



- Revitalizar o IAP com ampliação do quadro de pessoal e equipamentos.
- Terceirizar ações que possam ser delegadas, retirando do IAP ações de execução, a fim de que seu trabalho se concentre na fiscalização, licenciamentos e homologação de processos.
- Implantar um sistema virtual de acompanhamento da situação das ações ambientais em todo o estado.
- Implantar o pagamento por serviços ambientais para propriedades com mananciais de abastecimento público (lei estadual nº 17.134/2012).
- Ativar o Fundo Estadual do Meio Ambiente (lei estadual nº 12.945/2000 e decreto nº 3.240/2000).
- Disponibilizar áreas públicas para compensação de reserva legal e de conversão de multas nas áreas de conservação. (Decreto Federal 9.179/2017).
- Simplificar o processo de compensação de reserva legal.

## UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



- Revogar o processo de tombamento nº 08/2012, da Coordenação do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, que determinou o tombamento da Escarpa Devoniana, iniciando um novo processo envolvendo a comunidade que vive no seu entorno e região.
- Regular e dar segurança com relação ao uso das áreas consolidadas das Unidades de Conservação.
- Adotar como norma o envolvimento dos proprietários e dos confrontantes para criação de novas unidades.
- Reduzir as restrições de uso nas áreas no entorno das Unidades de Conservação e dos parques.

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



- Desenvolver ações para revitalizar o Plano de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios (PAM), com vistas à inserção dos municípios na Agenda 2030 da ONU.
- Promover a integração dos setores da economia para coleta e destinação dos resíduos, adotando-se como modelo o que foi aplicado no setor de embalagens vazias de defensivos agrícolas que, além de dar a destinação correta aos resíduos, estimulará a economia de reciclados.
- Revitalizar o Programa “Nascentes Protegidas” mediante ações de divulgação e de integração de ações dos órgãos e entidades envolvidos com a extensão rural, cooperativas e produtores, definindo metas e incentivos para os proprietários.
- Simplificar os processos de licenciamento do Corpo de Bombeiros, a fim de agilizar as análises e liberações das licenças e projetos.

# POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

## REGIÃO SUL DO BRASIL



- Buscar maior integração dos estados do Paraná com Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, no âmbito do CODESUL e BRDE, com o objetivo de desenvolver projetos de investimentos comuns para os estados.
- Criar no âmbito do CODESUL Câmaras Temáticas para debate de temas relacionados à integração dos estados da região Sul.
- Criar um Fundo de Desenvolvimento a ser coordenado pelo BRDE com a finalidade de alavancar projetos de interesses dos estados da região.

## LITORAL DO PARANÁ



- Implantar um sistema de contenção e de revitalização de toda orla litorânea no trecho compreendido entre Guaratuba e Pontal do Paraná.
- Integrar a região de Guaraqueçaba com asfaltamento ou calçamento da rodovia.
- Construir a ponte que ligará Matinhos a Guaratuba.
- Construir o ramal da rodovia de acesso ao Porto de Antonina, desviando-se da cidade histórica.
- Construir o eixo de infraestrutura que ligará a Praia de Leste a Pontal do Paraná.
- Dar continuidade ao programa de saneamento básico no litoral desenvolvido pela Sanepar.
- Revitalizar o Contorno de Matinhos de acesso a Guaratuba (Av. Jucelino Kubitschek), com a canalização do Rio do Drago, paralelo à rodovia.
- Criar um programa de incentivo industrial para a região de Paranaguá, aproveitando a sinergia da Universidade Federal do Paraná que tem campus na região, visando criar alternativas econômicas para a população litorânea.

## REGIÃO METROPOLITANA



- Ampliar a rede de saneamento básico de Curitiba para atender 100% dos domicílios com esgoto sanitário até 2030.
- Construir nova fonte de captação de água para a região metropolitana de Curitiba, aproveitando as águas do Rio Assungui.
- Duplicar a Rodovia dos Minérios - Curitiba e Rio Branco do Sul (PR 092).
- Concluir a duplicação da Rodovia da Uva - Curitiba a Colombo (PR 417).
- Atuar junto ao Governo Federal para que a Concessionária Alteris construa o trecho faltante do contorno Norte de Curitiba, ligando a Rodovia da Uva à BR 116, que faz parte do seu contrato de concessão da BR 116.
- Interceder junto ao Governo Federal para revitalizar o contorno norte de Curitiba (Av. Jucelino Kubitschek).
- Retomar os estudos para desvio do ramal ferroviário do centro de Curitiba, criando no local um eixo de transporte de passageiros sobre trilhos.
- Criar um programa de recuperação dos rios e nascentes nos municípios da região metropolitana de Curitiba.

## REGIÃO NOROESTE



- Duplicar e revitalizar o contorno sul de Maringá.
- Ampliar a rede de saneamento básico.
- Duplicar a BR 376 entre Paranavaí e Nova Londrina.
- Atuar junto ao Governo Federal para inclusão nas obrigações da concessionária ferroviária (Rumo), na eventual prorrogação do contrato de concessão, a construção do trecho ferroviário de Maringá a Porto Primavera.
- Duplicar a 323/BR 272 entre Maringá e Guaíra.

# POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

## CAMPOS GERAIS



- Construir o contorno rodoviário.
- Ampliar a rede de saneamento básico.
- Duplicar a BR 376 na região dos Campos Gerais.

## REGIÃO OESTE



- Construir o contorno norte.
- Remodelar o trevo das cataratas.
- Ampliar a rede de saneamento básico.
- Duplicar a BR 277 na área urbana de Cascavel
- Trabalhar junto ao Governo Federal para a construção da 2ª ponte – Foz do Iguaçu/Paraguai.
- Ampliar a rede de saneamento básico.
- Debater com a comunidade a implantação da zona franca em cidades gêmeas para evitar a canibalização do comércio local.
- Construir novo viaduto na BR 277 no acesso para Foz do Iguaçu.
- Inserir o Programa no Plano Estratégico do Governo do Estado, integrando as ações das universidades públicas e instituições de ensino e pesquisa no apoio e desenvolvimento de tecnologias para as cadeias produtivas representativas da região.
- Fortalecer as ações da Itaipu, que já desenvolve um importante trabalho na busca de solução para o uso da energia gerada pelos resíduos orgânicos, inserindo a Compagás nesse processo.
- Fortalecer o programa de incentivo para a geração de energia distribuída.
- Dar continuidade aos programas de integração com a Itaipu na área de conservação de nascentes e rios.

## REGIÃO NORTE



- Dar continuidade nos trabalhos para a implantação do Projeto Metrópole Paraná Norte, iniciativa que busca garantir o desenvolvimento regional sustentável do eixo que abrange Londrina, Apucarana e Maringá.
- Envolver no Programa o Cooperativismo da região, que desenvolve ações de modernização tecnológica e de serviços e atua fortemente no processo agroindustrial.
- Duplicar a PR 445 (Londrina – Mauá da Serra).
- Construir via duplicada do contorno norte de Londrina.
- Ampliar a rede de saneamento básico.
- Criar um corredor de integração regional.
- Debater as potencialidades da região na industrialização e agricultura.
- Fomentar a revitalização das cidades da região.

## REGIÃO SUDOESTE



- Duplicar a PRC 280 do entroncamento com a BR 153 (Palmas) até Barracão, passando por Pato Branco e Francisco Beltrão.
- Atuar junto ao Governo Federal para a duplicação da BR 476/153/282 da Lapa a Chapecó, e da BR-158/BR 373, trecho de Pato Branco à Candóí, na BR – 277.
- Estimular os polos regionais de Tecnologia da Informação e de confecções.

# SAÚDE, TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

## SAÚDE



- Estruturar um programa de parcerias com as cooperativas para construção ou revitalização de hospitais, laboratórios e centros de complexidades.
- Ampliar o programa de regionalização da saúde, com hospitais regionais e centros de atendimentos de especialidades.
- Estruturar um programa centralizado regionalmente de marcação de consultas – via digital, evitando deslocamentos e dando maior celeridade no atendimento.

## TRABALHO



- Realizar parcerias entre as entidades do Sistema “S”, universidades estaduais e Secretaria da Educação para implantação de programas de *treinee* e qualificação de pessoas.
- Envolver o Ministério Público do Trabalho, a Secretaria Estadual do Trabalho e Agências de Emprego na criação de programas de capacitação para as pessoas que procuram as agências de emprego e, assim, prepará-las para as vagas que o mercado oferta.
- Revitalizar o Conselho Estadual do Trabalho para debate de ações de qualificação profissional.

## DESENVOLVIMENTO SOCIAL



- Adotar políticas para erradicação dos bolsões de pobreza no Paraná;
- Implementar políticas de apoio à velhice.
- Ampliar os programas de apoio às famílias.
- Estimular e apoiar os municípios a criarem “centros de convivência” e atividades de esportes e de lazer.
- Fortalecer a economia dos municípios, fomentando a modernização do comércio e da indústria locais, mediante a oferta de crédito aos empresários e empreendedores.
- Criar novos polos regionais de desenvolvimento, com base em estudos de vocações, envolvendo as universidades e institutos de pesquisa para estruturação de incubadoras.
- Criar um programa de apoio aos municípios para a realização de ações da Agenda 2030 da ONU, nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

## ESPORTES, TURISMO E JUVENTUDE



- Ampliar as ações da Secretaria de Esportes e Turismo, incluindo a juventude
- Criar uma Rota Turística para o litoral paranaense – Graciosa, Guaraqueçaba, Superagui, Ilha do Mel e Praias.
- Construir um terminal para atracação de navios de passageiros no Porto de Paranaguá.
- Incentivar o turismo interno (Foz do Iguaçu, Campos Gerais etc.)
- Apoiar e estimular as cooperativas de turismo e lazer.
- Estimular os investimentos em equipamentos e melhorias nas rotas e estações turísticas, como no Cânion Guartelá.
- Colocar a rota dos imigrantes nos programas de promoção do turismo do estado.
- Criar centros esportivos e programas de desenvolvimento de atletas com potencial, com incentivos aos esportes amadores.
- Revitalizar os jogos estudantis e demais eventos esportivos.
- Promover festivais para juventude, musicais, teatro e outros.
- Criar um programa do jovem conectado, integrando plataformas educacionais e recreativas.
- Apoiar as prefeituras na revitalização dos centros esportivos municipais e dos campos de futebol amador.



# EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

## EDUCAÇÃO E CULTURA



- Estruturar um plano estratégico de longo prazo para a educação no Paraná, estabelecendo um programa de metas para avaliação da performance das escolas e alunos.
- Intensificar o programa de educação em período integral.
- Estabelecer uma política de capacitação da nova geração de agricultores para assumirem as propriedades rurais utilizando mecanismo e recursos que o SENAR oferece.
- Iniciar estudos para a transferência (federalização) das universidades estaduais para o governo federal ou, ao menos, que haja contrapartida da União para bancar parte dos custos das instituições estaduais. Caso contrário, unir as sete universidades estaduais em uma única instituição.
- Criar um programa de adoção de escolas públicas, envolvendo as comunidades e empresários, para conservação e manutenção dos estabelecimentos.
- Criar um programa de integração – Comunidade / Escola.
- Extinguir a Secretaria da Cultura integrando-a à Secretaria da Educação.
- Estimular as iniciativas culturais com fomento de projetos nas escolas públicas.

## CIÊNCIA E TECNOLOGIA



- Revisar a legislação que regulamenta o Art. 205 da Constituição do Paraná para que os recursos sejam efetivamente aplicados em atividades da ciência e tecnologia.
- Operacionalizar a conta “Inovação” do Fundo Paraná, destinando recursos orçamentários para os setores de pesquisa e inovação.
- Programar atividades de empreendedorismo inovador nas universidades estaduais.
- Criar programas de incentivo e de reconhecimento ao empreendedorismo inovador.
- Definir políticas públicas e mecanismos de incentivo voltados ao desenvolvimento de empresas de base tecnológica (startups) e de empresas enquadradas nas categorias da Economia Criativa, conforme prevê a Lei da Inovação.
- Rever a distribuição de recursos do ICMS (2% de todo imposto recolhido), destinando parte desses recursos para atividades finalísticas de apoio ao setor empresarial e startups.
- Criar “Rotas de Incubadoras tecnológicas”, para incentivo às empresas inovadoras.
- Vincular a liberação de recursos do Fundo Paraná para projetos de resultados aplicáveis para as empresas e sociedade paranaenses.

## ENSINO SUPERIOR



- Reorganizar a estrutura de ensino superior do Paraná, fundindo as sete universidades em uma única, transformando as demais em campus avançados.
- Buscar a federalização das universidades estaduais como foi feito em alguns estados, a exemplo do Rio Grande do Sul.
- Estabelecer programas de metas para busca de autossuficiência nas universidades estaduais.
- Alterar o sistema de contratação de professores e servidores, passando para a CLT e pagamento de hora/aula, reduzindo com isso, ao longo do tempo, os custos com pessoal.

# SEGURANÇA PÚBLICA

## VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO



- Aperfeiçoar o mapeamento e vigilância dos pontos de maior concentração do crime, com a adoção de práticas de repressão ostensiva e ações comunitárias de inclusão social de jovens.
- Criar uma delegacia especializada em furto, roubo e de assaltos em propriedades rurais.
- Fazer uma coalizão do Poder Público, empresários, Polícias Militar e Civil, universidades, de forma regional e estadual, com vistas a debater estratégias de combate ao crime organizado.
- Criar um cinturão de vigilância em cada escola pública do estado, com policiais envolvendo as associações de pais e mestres, bem como a instalação de câmeras nos acessos às escolas para apoiar e monitorar o combate ao tráfico de drogas.
- Expandir o sistema de vigilância eletrônica (câmeras).
- Aperfeiçoar o sistema de denúncia para torná-lo mais efetivo e dar segurança aos denunciantes.

## SEGURANÇA NA FRONTEIRA



- Ampliar o programa de combate ao contrabando de mercadorias e tráfico de armas e drogas, promovendo a integração da Polícia Militar do Paraná com a Polícia Federal e o Exército na fronteira com o Paraguai e Argentina, criando um cordão de segurança na área para dar efetividade no combate ao crime. Para a eficácia disso é imprescindível a participação do governo do Mato Grosso do Sul.
- Criar um programa de proteção, integrando as ações das polícias de fronteira com as comunidades locais e estabelecer um canal, por sistema telefônico ou digital, pelo qual as pessoas possam denunciar as rotas de operação dos marginais.
- Implantar um sistema de monitoramento por câmeras nas principais rotas de contrabando na beira do Lago de Itaipu.

## DIREITO DE PROPRIEDADE



- Manter o combate às invasões de propriedades para garantir o direito de propriedade urbana e rural.
- Cumprir os mandados judiciais de reintegração de posse.
- Fazer um inventário das propriedades que estão ocupadas e que não tiveram seus mandados de reintegração cumpridos, promovendo-se o cumprimento dos mesmos e a legalização da situação jurídica das propriedades.
- Defender o direito dos proprietários nas ameaças constantes de demarcações de terras indígenas e de quilombolas.

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## ADMINISTRAÇÃO



- Promover uma reforma administrativa com a redução de estruturas, mediante a fusão de secretarias, empresas e instituições que apresentam sobreamentos.
- Descentralizar a administração pública e reunir as estruturas regionais em centros administrativos, que terão a atribuição de coordenação e gerenciamento dos programas e serviços e de interligação com as prefeituras.
- Implantar um programa de renovação e profissionalização do serviço público, a exemplo do que ocorre com a iniciativa privada, com objetivos e metas definidas e premiação pela qualidade dos serviços.
- Estimular as prefeituras a terem participação ativa nas regiões administrativas, buscando a integração na discussão, solução de problemas e encaminhamento de ações.
- Investir no “Estado Digital”, com o objetivo de facilitar o acesso da população aos serviços e redução de custos.
- Otimizar o processo de abertura e fechamento de empresas.

## FUNCIONALISMO PÚBLICO



- Criar um sistema de previdência complementar para os novos funcionários para viabilizar a contratação de funcionários pela CLT, deixando de contratar como estatutários.

## MUNICIPALIZAÇÃO



- Estruturar um programa de apoio aos municípios, com o objetivo de centralizar o atendimento e possibilitar a implantação de um programa de gestão para ajudar os prefeitos no planejamento das ações e de responsabilidade fiscal.
- Centralizar os projetos e recursos para dar novo direcionamento na realização de obras nos municípios. Com isso, os investimentos serão efetuados mediante a avaliação de sua efetividade e prioridade, dentro de um Plano Diretor Estadual.
- Priorizar as compras governamentais de empresas locais e regionais.

## FINANÇAS PÚBLICAS E TRIBUTAÇÃO



- Aprimorar a política fiscal do estado em busca do equilíbrio das contas públicas do Paraná, atuando com rigor na aplicação e comprometimento das receitas públicas.
- Redução da alíquota do ICMS da energia de 29% para 26%.
- Redução da alíquota do ICMS em 2 pontos percentuais para querosene de aviação.
- Exclusão da substituição tributária para empresas do Simples Nacional.



